



TEXTO DE REFERÊNCIA

Módulo III O Socialismo no Mundo Contemporâneo

Aula 6 História do Socialismo no Brasil

Apresentação

No Século XX o socialismo esteve presente na política nacional, representando todas as mais expressivas correntes ideológicas internacionais. Nessa aula serão apresentadas as mais relevantes vertentes socialistas organizadas que atuaram no Brasil, desde o anarco-sindicalismo, passando pelas correntes leninistas, até a fundação das novas organizações políticas do final do Século XX. Os textos que compõem este material foram elaborados pelos historiadores Robério Paulino e Osvaldo Coggiola.



Origens do movimento operário e do socialismo no Brasil¹

É comum afirmar que o movimento operário brasileiro teve um caráter “tardio” (inclusive quando posto no marco histórico latino-americano), tão tardio quanto o próprio capitalismo no país. Pois tanto o movimento operário brasileiro quanto manifestações ideológicas modernas dos oprimidos, socialistas ou anarquistas, começaram quando ainda vigorava no país a escravidão, que só seria abolida em finais do século XIX. Na Argentina, por exemplo, o ano de 1857 assinala o nascimento da "Sociedade Tipográfica Bonaerense". No Chile, a "*Sociedad de Artesanos*" foi fundada em 1858, em Valparaíso. Mas, também no Brasil, as primeiras notícias de lutas operárias remontam a 1858, quando tipógrafos do Rio de Janeiro entraram em greve reivindicando aumento de salários. Este fato invalida aquela percepção comum.

Na mesma época, também, no Brasil aconteceram experiências “comunitárias” socialistas, inspiradas no socialismo europeu da época, e curiosamente integradas ao sistema imperial vigente. Uma delas aconteceu nas margens da Baía de Babitonga, perto da cidade histórica de São Francisco do Sul. Em 1842 o Dr. Benoit Jules Mure, inspirado nas teorias de Charles Fourier (“socialista utópico” francês), instalou o Falanstério do Saí ou Colônia Industrial do Saí, reunindo colonos vindos da França ao Rio de Janeiro em 1841.

Houve dissidências entre os colonos, e uma delas, à frente da qual estava Michel Derrion, constituiu outra colônia a algumas léguas do Saí, num lugar chamado Palmital: a Colônia do Palmital. Benoit Jules Mure conseguiu apoio do Coronel Oliveira Camacho e do presidente da Província de Santa Catarina, Antero Ferreira de Brito. Este apoio foi-lhe fundamental para posteriormente conseguir a ajuda financeira do Governo Imperial do Brasil para seu projeto.

Não foi uma experiência única, pois o governo imperial brasileiro persistiu nessa política até a sua derrubada. Durante o Império, ensejando uma política imigratória, D. Pedro II e os poderes estaduais estimularam a instalação de colônias e núcleos de imigrantes, auxiliando com recursos financeiros e materiais a formação de comunidades. Chegou-se ao ponto, por exemplo, de que pela Lei 3396, de 24 de novembro de 1888, todas as dívidas dos colonos foram transferidas, no Paraná, para o Estado. Em 1889 Giovanni Rossi tentou fundar em Palmeira, no interior do Paraná, uma comunidade baseada no trabalho, na vida e na negação do reconhecimento civil e religioso do matrimônio, denominada Colônia Cecília.² A experiência teve curta duração.

O processo econômico nas últimas décadas do Império caracterizou-se pela paulatina penetração das relações capitalistas de produção, as quais, no entanto, não quebraram o

¹ Texto de autoria de Osvaldo Coggiola, professor titular do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP).

² Em 20 de fevereiro de 1890 zarparam em Gênova cerca de 150 anarquistas italianos. Chegando ao planalto dos campos gerais, instalaram-se no que seria o núcleo Cecília em abril de 1890. Os anarquistas, concentrados uns na lavoura, outros em empreitadas contratadas junto ao governo para a construção da estrada de rodagem Serrinha-Santa Bárbara, recebiam salários semanais que auxiliavam os companheiros da Colônia.



quadro das atividades tradicionais (produção primária em grandes lavouras com vistas à exportação). Segundo Emília Viotti da Costa: "Na segunda metade do século XIX, os empreendimentos empresariais seriam melhor vistos, à medida que os próprios fazendeiros se converteram, em certas áreas, numa espécie de empresários, introduzindo melhoramentos em suas fazendas, tentando substituir o escravo pelo trabalhador livre, aperfeiçoando os métodos de beneficiamento, associando-se a empresas industriais, investindo em ferrovias e organizações bancárias, assumindo atitudes progressistas em matéria de política, vendo com simpatia as idéias emancipadoras, e aderindo às idéias republicanas".

Esse processo acabaria gerando uma incompatibilidade progressiva com o sistema social (escravocrata) e político (monárquico centralizado) vigente. No imediato, seus efeitos foram um certo crescimento das cidades e uma progressiva dissolução das velhas relações agrárias, assim como o aparecimento de uma classe média urbana. Os setores médios urbanos, segundo a autora citada, não "chegaram a assumir posição autônoma ou fundamentalmente renovadora, a despeito de suas vagas e contraditórias aspirações divergirem, às vezes, da visão do mundo característica das oligarquias. Seus representantes continuavam a preencher quadros burocráticos ou de serviços dentro de um regime de clientela. Dessa forma assimilavam os valores dos grupos dominantes, mais progressistas, agindo freqüentemente, nos centros urbanos mais importantes, como suporte das reivindicações em favor da abolição, a República, a reforma de ensino, a separação da Igreja do Estado, e outras medidas progressistas".

Revoltas Agrárias e Urbanas

O clientelismo e a chamada "patronagem" (ou paternalismo), que não faziam senão acentuar as características já antidemocráticas do sistema político vigente (que, no seu setor "representativo" baseava-se no voto censitário, e em organismos políticos vitalícios), faziam também com que a grande maioria da população agrária (isto é, a grande maioria da população do país), sem contar os próprios escravos, se encontrasse marginalizada politicamente, sem canais de expressão e de pressão sobre as decisões políticas que lhes diziam respeito. O poder de fato exercido pelos chefes locais na maioria das regiões do país contribuía, aparentemente, para manter o equilíbrio social, mas em conjunturas de crise e mudança social via-se superado pela atuação do poder central, deixando as populações sem representação política ainda mais submetidas ao arbítrio governamental.

Nessas condições, a reação dos afetados pelo sistema não podia senão assumir traços de explosão e violência social. Foi o que aconteceu por ocasião de duas revoltas típicas dessa situação: a dos "quebra-quilos" (começada em Borborema – Alagoas – e que se estendeu para grande parte do Nordeste do país) em 1874, e a dos "muckers" no Rio Grande do Sul (entre 1868 e 1874). Existem pontos de semelhança entre ambas revoltas. Os "quebra-quilos", um movimento acerca do qual se coincide em assinalar o seu caráter popular e espontâneo, foi dirigido contra uma série de medidas do poder central da nação: imposição de taxas e impostos, de listas do recrutamento para o exército, uniformização do sistema de medidas.



A identificação do governo central como o inimigo - foi chamada de “a revolta dos matutos contra os doutores” - resultou na adoção, pelos revoltados, da palavra-de ordem "*abaixo os maçons*", em referência à organização (a maçonaria) identificada com os “bacharéis” que exerciam as responsabilidades governamentais centrais (ministros, deputados, senadores). As medidas governamentais estavam determinadas por necessidades decorrentes do processo econômico já descrito: aumentar os recursos financeiros do Estado para modernizar a infraestrutura nacional (portos, estradas de ferro, correios), unificar o mercado interno (para o qual era necessária a unificação do sistema de pesos e medidas), recrutar soldados para o exército nacional (necessário para a Guerra da Tríplice Aliança – Brasil, Uruguai, Argentina – contra o Paraguai, a qual, sendo muito impopular, agravava o caráter arbitrário com que as medidas eram percebidas pela população agrária).

O governo central, sendo principalmente uma representação indireta dos proprietários de terras, não podia deixar de fazer recair os custos das mudanças necessárias sobre os setores “subalternos”, sem representação nem força políticas. As medidas, por outro lado, serviriam para expandir a grande propriedade agrária. A unidade entre ambos processos não deixou de ser percebida pelos revoltosos, que destruíram os documentos oficiais de registro imobiliário. Segundo Roderick Barman: “A destruição dos cartórios tocava um ponto de conflito central entre os grandes proprietários e os camponeses, a questão dos títulos legais da posse da terra”.

Em vários dos movimentos chamados “messiânicos”, comumente considerados como arcaicos, encontramos elementos de conflito vinculados à passagem do Brasil para a “modernidade capitalista”. Na revolta messiânica dos *muckers*, em Santa Catarina - tão ou mais violenta do que a dos “quebra-quilos” - interveio um processo de valorização das terras (vinculado à expansão econômica), ligado à extensão e ao aprofundamento das funções políticas do Estado.

A região de São Leopoldo, base geográfica da revolta, era municipalizada desde 1831. O grupo religioso que se revoltou, do qual participava, sobretudo, o setor da população - de origem imigrante mais ou menos recente - crescentemente arruinado pela expansão das relações mercantis, foi constituído a partir de 1840. As formas que assumiu o movimento dependeram em boa parte da tradição cultural da comunidade de origem alemã que lhe deu origem, tradição que tinha firmado fortes raízes devido ao isolamento político e social - não excepcional no Brasil de então - em que fora mantida, durante longos anos.

Mas a recusa do dinheiro por parte dos *muckers* refletia a rejeição que os setores afetados experimentavam frente à crescente mercantilização das relações de produção, que fazia com que a nova riqueza de alguns se traduzisse em expropriação, e conseqüente exploração, de outros. No nível mais abstrato da análise, o ponto em comum nos *muckers* e os “quebra-quilos” foi a recusa à presença maior do Estado nas relações sociais, presença destinada a regulamentar, desfavorecendo os setores subalternos, a crescente mercantilização das atividades econômicas.

Essa recusa manifestou-se como uma rejeição da quebra pelo Estado dos “rituais” sociais tradicionais, os quais deviam ser desterrados pela força, sob pena de comprometerem o processo de valorização das terras e de unificação do mercado interno. Outro ponto em



comum é a repressão violenta e impiedosa de que foram objeto esses movimentos, que chegou a surpreender os contemporâneos. O jornalista Geraldo Joffily, por exemplo, criticou a "desnecessária atuação das tropas de linha" e a "crueldade dos métodos empregados", sendo que a revolta "quase extinta", não constituía "uma grave ameaça para a ordem social". Não relacionou a violência repressiva com a marginalização política à qual o próprio sistema político submetia os revoltosos efetivos ou potenciais.

A repressão era executada sem muito custo político, na medida em que não afetava a nenhum setor com representação política, beneficiando os setores representados politicamente (proprietários) no seu conjunto. Diferente natureza política - ainda que tivesse certa semelhança social com as mencionadas - teve a "Revolta do Vintém", na cidade mais populosa do Brasil do século XIX, Rio de Janeiro. Desencadeada (em 1880) contra uma nova forma de imposto sobre a população despossuída (o "vintém" exigido para o uso dos bondes), ela deu lugar no início a um protesto encaminhado de modo ordeiro ao Imperador. A intransigência deste motivou a convocação de manifestações populares de protesto, as primeiras dessa natureza em uma grande concentração urbana. Segundo Sandra Lauderdale Graham, "as demonstrações afetaram profundamente a vida política da cidade e do Império, redefinindo os atores, a audiência, e o palco da cultura política".

A intransigência governamental e a repressão policial motivaram duas novas concentrações populares, com cinco e quatro mil participantes, a última das quais resultou em confrontos violentos com a polícia, uso de armas de fogo e quebra-quebras generalizados na cidade. Cinco dias depois de começada, a revolta estava acabada. Para a autora mencionada, o "Vintém" significou "um novo estilo político", "novas formas de participação". Os "quebra-quebra", porém, só podiam ter sido novidade no Rio de Janeiro, pois já tinham acontecido em outras cidades. A "novidade", na "Revolta do Vintém", foi o elemento social participante: "pessoas de renda modesta, mas regular; burocratas assalariados ou vendedores".

O aumento de tarifas prejudicava os trabalhadores livres e, portanto, também os seus empregadores. O papel dirigente na revolta coube a setores com representação política, e temos dúvidas de que esses setores (republicanos e abolicionistas) não estabelecessem - como sustenta Graham - nenhuma relação entre essa participação e sua agitação política.

A recusa de Lopes Trovão, dirigente da revolta e auto-definido como "socialista", de comparecer à audiência com o Imperador, concedida por este para tentar canalizar e resolver o conflito, foi uma clara atitude política, de ruptura com o sistema político vigente. Lopes Trovão auto-proclamava-se "socialista" desde bem antes da revolta, sendo descrito por Vamireh Chacon como pertencente à "ala republicana radical - de Silva Jardim, Lopes Trovão, Benjamin Constant, Floriano Peixoto, Raul Pompéia". Foram as autoridades da época as que se empenharam qualificar de "não política" a revolta. Mas a atitude do Imperador perante a repressão foi diversa do que a adotada em ocasião das revoltas "agrárias" mencionadas acima.



A Campanha Abolicionista

A campanha pela Abolição contrastou, pela sua continuidade e organização, com as revoltas referidas, esporádicas, localizadas, e sem continuidade clara ou explícita. Levada adiante, a princípio por meios puramente legais (parlamentares), ela não demorou a percorrer vias "de fato" – mobilizações de rua, organização de fugas de escravos, confrontos físicos com os *capitães-do-mato*, proteção dos quilombos – que significavam uma ruptura com o sistema político do Império.

Conformou-se uma "ala abolicionista radical", que rompeu com o sistema da patronagem, ainda que tendo às vezes sua origem nesse mesmo sistema. Os comícios abolicionistas reuniam milhares de pessoas nas ruas, incorporando à luta os setores mais humildes dentre os trabalhadores livres (moços de café, leiteiros, garçons, etc.). A luta contra a escravidão, portanto, misturou-se com as primeiras manifestações de luta originadas pela introdução das relações capitalistas de produção.

Fato importante, as incipientes organizações feministas engajam-se plena e ativamente na campanha abolicionista. Na mesma época, na Argentina, grupos feministas se preparavam para ser um alicerce das agrupações socialistas e do próprio Partido Socialista da Argentina, fundado em 1892 (ou em 1896, segundo o marco cronológico de cada autor). No Brasil, a campanha popular pela Abolição começou em torno de 1880, após dois decênios de ação, sobretudo, parlamentar. O "Club do Cupim" no Recife incitava e organizava fugas de escravos, e protegia os quilombolas. Em São Paulo, os "*caifases*" punham ao serviço da causa abolicionista uma organização digna de um verdadeiro partido clandestino: "Que os abolicionistas andem sempre armados, *vade in pace*, porque estão sempre em perigo de vida", dizia *A Redenção*, jornal dos *caifases*, a 2 de janeiro de 1887.

Em prol do seu objetivo, não vacilaram em fazer os apelos mais extremos: "A liberdade deve ser conseguida mesmo com uma revolução". A campanha dos "*caifases*" foi particularmente importante por produzir-se na região onde se situavam os setores proprietários mais dinâmicos da época (os cafeeiros paulistas). Era sustentada pelos setores urbanos novos, servidores, profissionais liberais não comprometidos com o sistema escravocrata. A participação dos setores urbanos foi, segundo Alice Barros Fontes, determinante da natureza do abolicionismo: "A aceleração do processo urbano explica o abolicionismo santista, que atingiu todas as formas do radicalismo emancipador".

Ora, era o próprio desenvolvimento econômico capitalista promovido dentro do sistema escravocrata que criara paulatinamente as bases para a sua destruição. A irracionalidade da produção cafeeira escravocrata, que tentara impor a convivência da mão-de-obra escrava ao lado da livre e a transformação do fazendeiro em empresário, concluía minando a ordem escravocrata. A atividade dos *caifases* tendeu não só a promover a fuga do negro (através da sua "conscientização", e da preparação da fuga propriamente dita), mas também a sua inserção no mercado de trabalho assalariado.



Para isso, combateram também contra o preconceito racial dos empregadores (com certo sucesso). À diferença dos ex-escravos concitados pelo Clube do Cupim (de Recife), os quilombolas de Jabaquara, por exemplo, sustentados pelos *caifases*, não tiveram poder de decisão sobre suas vidas, pois eram empurrados para o trabalho assalariado. Os *caifases* imaginavam este tipo de trabalho como portador de todas as virtudes da redenção social: "O trabalho livre produz a prosperidade e o bem estar da sociedade onde ele é inserido", escrevia *A Redenção* a 1º de setembro de 1887.

Após a Lei Áurea, os *caifases*, e o seu chefe, Antônio Bento de Souza e Castro, foram gradualmente considerados como heróis. Eles continuaram, porém, a publicação do seu jornal durante um certo tempo, temerosos de um recuo da República no plano da abolição da escravidão. A campanha abolicionista foi bem sucedida, pois convergiu com as exigências urgentes do desenvolvimento econômico e social. Pode se dizer que a questão da Abolição dominava quase totalmente as lutas sociais; por isso, na sua etapa final, discutia-se cada vez menos a sua validade, sim a maneira pela qual seria executada. "À medida que a ação dos *caifases* progredia, o abolicionismo legal se intensificara como forma de oposição a eles. A campanha abolicionista apareceu como reflexo de uma das questões prioritárias - mão-de-obra - para dar continuidade à organização da produção em crescimento", disse a já citada Alice Barros Fontes.

Assim, convergindo com as necessidades dos setores mais dinâmicos das classes dominantes, a campanha abolicionista foi uma das vanguardas da transformação capitalista do Brasil. "Com a organização do trabalho assalariado dos fugitivos, sob o patrocínio dos *caifases*, estes acabaram por provar que a emancipação era viável e praticável", insiste a autora citada. Para Octávio Ianni a abolição resultou do surgimento nas cidades "de interesses autônomos e divergentes quanto aos interesses prevaletentes no escravismo".

Já para Suely R. Reis de Queiroz, essa afirmação sugere uma força e independência do grupo urbano que os fatos parecem negar. O abolicionismo foi um fenômeno das cidades, que só bem mais tarde apresentou conexões com o meio rural. A cidade dependia menos que a zona rural do trabalho escravo, mas não era possível desvinculá-los. A maioria dos habitantes das cidades dependia do governo ou de atividades ligadas à agricultura para seu sustento e segurança. Teoricamente, industriais e comerciantes defenderiam interesses opostos aos dos senhores rurais, mas os primeiros constituíam um grupo reduzido e incipiente, além de exercerem suas atividades justamente nas regiões onde a resistência escravista era mais tenaz. Eles e os comerciantes aliaram-se a fazendeiros em organizações pró-escravatura, como as Associações Comerciais e os Clubes da Lavoura e do Comércio.

Joaquim Nabuco chegou a falar "da cumplicidade dos setores comerciais e do monopólio que os senhores de escravos tinham do trabalho, das terras, do capital, das agências de aplicação da lei e das dependentes classes educadas". Foi também vítima dela ao ser derrotado nas eleições de 1881 por um escravocrata. Se o abolicionismo foi um fenômeno essencialmente urbano, é duvidoso pensar nele, entretanto, como característico de uma classe social ou de classes sociais em luta por interesses opostos aos dos grupos rurais. Intelectuais, operários, estudantes, militares, comerciantes, proprietários de terras, envolveram-se no movimento sem vincular-se aos interesses particulares de seu grupo social. Os abolicionistas também não exprimiram interesses partidários.



Para Suely R. Reis de Queiroz a luta contra a escravidão compreendia a obtenção de oportunidades de educação, participação política e melhoria de condições econômicas para os milhares de negros e mulatos, a fim de poderem alcançar a posição de igualdade a que tinham direito como seres humanos em tudo semelhantes aos demais. Compreendia ainda a democratização do solo como um dos meios de alcançar tais fins. A autora chega a afirmar que os abolicionistas perceberam, já naquela época, que só o desmantelamento do latifúndio poderia oferecer aos brasileiros pobres e aos escravos recém libertados a possibilidade de possuírem alguma terra para trabalhar. Por isso, não extinguiram a Confederação Abolicionista após o 13 de Maio.

Suas idéias, no entanto, estavam além do tempo. É verdade que muitos fazendeiros também defenderam a necessidade de educar o liberto, mas fizeram-no por julgar que, sem o seu concurso, não haveria mão-de-obra suficiente. Passando a primeiro plano a política imigratória, esqueceram-se do negro e consolidaram as disposições tradicionais. Prevaleram, portanto, politicamente, os interesses dos fazendeiros, fortalecidos ainda mais com o golpe de estado que iniciou a República. Para o negro, o 13 de Maio não traria alívio ao fardo da condição social e étnica.

O Descompasso da “Modernidade”

As revoltas sociais, urbanas e agrárias, que mencionamos inicialmente, não traziam no seu bojo uma transformação radical do sistema político e das práticas sociais vigentes, pois, bem que protagonizadas por classes sociais marginalizadas (ou semimarginalizadas) politicamente, elas estavam de algum modo integradas nas práticas sociais próprias do clientelismo.

De um ponto de vista mais geral pode-se dizer que eram classes sociais ligadas a formas pré ou semicapitalistas de produção, não interessadas numa transformação capitalista da sociedade, incapazes de superar o nível local e, portanto, também de apresentar seus interesses como *nacionais*, como sim era o caso dos abolicionistas. Isto devido ao fato de que eram as forças produtivas capitalistas as determinantes da dinâmica do mercado mundial e, em conseqüência, também as impulsoras da mudança social num país cada vez mais integrado a esse mercado.

A Abolição e a instauração da República não resolveram de vez os conflitos entre as diversas formas de produção social e a ausência de integração política dos setores pobres, como o mostra o fato de revoltas de cunho semelhante às mencionadas produzirem-se após àquelas mudanças políticas.

A “guerra do fim do mundo” (Canudos) foi a mais célebre delas, e pareceu uma radicalização, nas condições do sertão nordestino, das revoltas relatadas. Depois da proclamação da República, Antônio Conselheiro envolveu-se em incidentes de ruptura com a ordem política vigente: liderou uma manifestação contra o pagamento de impostos, que terminou com a queima pública dos editais. O acontecimento repercutiu em Salvador e o governador da Bahia, Rodrigues Lima, enviou 35 soldados para prender Conselheiro. Os “conselheiristas” atacaram o contingente policial, derrotando-o. Em 1893, Conselheiro resolveu fundar uma povoação, numa antiga fazenda abandonada havia dois anos. A região



era cercada pela caatinga, de solo pedregoso e de difícil acesso. A povoação ficou popularmente conhecida como Canudos devido à abundância dessa planta na região.

Os primeiros habitantes foram os acompanhantes de Antônio Conselheiro, mas logo se estabeleceu uma corrente migratória, principalmente dos estados de Pernambuco, Piauí, Ceará, Alagoas, Minas Gerais e até de São Paulo. Eram os deserdados da terra, em sua maioria, que migravam para Canudos.

Em 1897, os milhares de habitantes de Canudos foram, como se sabe, massacrados pelo exército regular, enviado pelo governo republicano. Marco Antonio Villa deixou claro que as raízes da conflagração de Canudos devem ser buscadas na estrutura econômico-social do sertão e nos mecanismos de dominação ideológica, sem excluir os fatores conjunturais possam ter deflagrado o início do conflito. A importância dada a Antônio Conselheiro e a Canudos - em dezembro de 1896, Machado de Assis escrevia que "Antônio Conselheiro é o homem do dia" - foi produto de uma conjuntura histórica em que estavam se definindo os contornos do Estado burguês no Brasil. O domínio do aparelho estatal, pela burguesia cafeeira, necessitava como condição o fim de outras influências políticas, civis ou militares.

A possibilidade concreta da restauração monárquica, invocada para reprimir Canudos, nunca existiu. Os próprios militares, ainda em 1897, reconheceram que Canudos não tinha nenhuma ligação com os monarquistas. Tudo não passara de um artifício para justificar o esforço militar e fortalecer politicamente o Exército, considerado o salvador da República. A campanha de Canudos mostrou um Brasil desconhecido das elites. Os artigos dos jornais, os relatos de guerra e, principalmente, a publicação de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, foram exemplos do choque representado pelo sertão: sua natureza, costumes, a fala peculiar e os homens - tudo parecia estranho e exótico. Era como se tivessem descoberto um mundo novo: a existência do "Brasil" era apenas política, não econômica nem cultural.

Industrialização e Operariado

A possibilidade de uma convergência entre essas lutas agrárias, e a luta das novas camadas assalariadas urbanas, parece nunca ter existido. Pois, o que se pode dizer das classes sociais nascidas das novas forças produtivas, baseadas no trabalho livre (assalariado)? Edgard Carone deu a cifra de 54.164 operários para 1889. Na época, a população brasileira era de 14 milhões de pessoas, o que significa que o operário moderno era ainda uma minoria ínfima. Contrastando com sua exigüidade, em 1885, por exemplo, o número de escravos, só na região paulista, era ainda de 153.864.

A concentração social do operariado era, sem dúvida, também muito baixa. A "classe operária" era, pois, não só uma camada de peso social relativo muito baixo, mas também uma fração minoritária da força de trabalho. Só em 1910 atingiria, sempre segundo Carone, a cifra de 159.600 pessoas, embora outros autores apresentem, como veremos, cifras maiores.

Segundo Emília Viotti da Costa: "Sua insignificância numérica e estrutural no quadro geral da nação, e os obstáculos antepostos a sua organização, bem como a dificuldade em obter apoio de outros setores da população, reduziram a expressão dos movimentos operários de



raízes essencialmente urbanas. Aos olhos da elite, a questão operária era uma questão de polícia e não de política. Sendo o movimento industrial pouco significativo e circunscrito a certas áreas, o movimento operário, ainda inorgânico e pouco expressivo, não chegava a representar uma força política de renovação, encontrando escassa repercussão nas demais camadas da população".

Apesar dos obstáculos para o movimento industrial, houve, na etapa final do Império, um desenvolvimento industrial, que resiste a comparação com o de etapas ulteriores. Segundo Maria José Villaça, após a construção da primeira ferrovia brasileira, outras se desenvolveram rapidamente, acompanhando sempre a trilha do café. A construção de 57 estradas de ferro, até 1885; o progresso dos transportes terrestres, aliado ao grande desenvolvimento que experimentou a navegação a vapor; concorreram para a melhoria e o barateamento da distribuição dos produtos no mercado interno e, por conseguinte, para o estabelecimento de bases para o advento da indústria nacional. A partir de 1850, ponderáveis parcelas dos recursos provenientes da exportação foram mobilizadas como capitais para empreendimentos na indústria e no comércio. Entre 1850 e 1865 fundaram-se 180 sociedades comerciais e industriais no Brasil. A organização do crédito acompanhou a evolução do movimento financeiro e, em 1854, instalou-se um novo Banco do Brasil.

O movimento se aceleraria no último decênio do século XIX; enquanto, antes de 1880, havia apenas 200 estabelecimentos fabris no país, no último ano do Império seu número chegou a 636: o setor industrial do Brasil passou de 636 fábricas e um total de 54.169 operários em 1889 para 3.250 fábricas e um total de 150.841 operários em 1907. Em 1907, já se usava bastante o vapor e a eletricidade, afóra a energia hidráulica. Conforme dados desse ano, 30% da produção industrial estava no Rio de Janeiro, 16% em São Paulo, 7% no Rio Grande do Sul e 4% em Minas Gerais. A hegemonia paulista teve que esperar o surto industrial da Primeira Guerra Mundial.

Analisando o surto industrial de 1880-1895, Maurício Vinhas de Queirós concluiu que mais do que a quarta parte dos capitais investidos no Brasil em atividades industriais (exatamente 26,2%) tinham sido investidos no período de 1880 a 1894, quando antes, desde o período da Colônia, só haviam sido aplicados 6,4%. O ritmo do desenvolvimento industrial, porém, não acompanhou a velocidade da dissolução das velhas relações sociais pré-capitalistas, o que informa a natureza da classe operária nesse período.

Estatísticas de 1882 mostram que em seis das maiores províncias do país - justamente naquelas em que mais estavam se desenvolvendo atividades manufatureiras - Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Bahia, Pernambuco e Ceará, mais de 50% da população entre 13 e 45 anos de idade era constituída de desocupados. Essa percentagem aumentou ainda mais depois da Abolição. Viviam-se os tempos da "grande depressão" da economia mundial, com uma clara desaceleração do ritmo de crescimento do volume do comércio mundial (que tinha atingido seu auge na década de 1860), localizada no último quartel do século XIX.

Em 1888, a população escrava do Brasil (composta de 600 mil pessoas) constituía 4% da população total do país, enquanto que, em 1840, meio século antes, dois milhões de escravos eram 40% do total dos habitantes do Brasil. A massa de libertos, ou seja, desempregados, aumentou com os milhões de camponeses nordestinos deslocados pela grande seca de 1877-



1880. Por outro lado, 200 mil imigrantes estrangeiros chegaram ao Brasil no decênio 1880-1889. O desemprego espetacular permitia pagar salários muito baixos, constituindo um enorme exército industrial de reserva.

Certas estatísticas indicam, para 1872, 282 mil pessoas ocupadas em "atividades industriais". A maioria, porém, deve tê-lo sido em ocupações artesanais, sequer permanentes, como o demonstra o fato de existirem em São Paulo (um dos pólos do desenvolvimento industrial), na última década do século XIX, só 52 estabelecimentos realmente industriais.

Referindo-se a São Paulo, constata Azis Simão: "Já na década de 1870, a quilometragem de ferrovias abertas ao tráfego passou de quase 150 para cerca de 1200, subindo a 2239 na década seguinte e a 3507 em 1889 (...) Entre 1873 e 1890, a quantidade de artífices subiu, pelo menos, de 94 para 184; e de oficinas, sem especificação do número do pessoal ocupado, elevou-se de 13 para 164. Entre 1871 e 1875 se instalaram com êxito as cinco primeiras fábricas de tecidos de algodão, número que subiu a 13 em 1887. As estatísticas de 1872 e outras do fim do século não são utilizáveis por serem incompletas. Achava-se então instalada apenas uma fábrica de tecidos, com menos de 100 operários, o que justifica o citado reparo. O que importa destacar é o fato de que já no último quartel do século passado um proletariado urbano começava a diferenciar-se no quadro da economia regional".

Imigração

A importância da imigração na formação do operariado brasileiro não é exagerável. Leôncio Martins Rodrigues calculou que, até 1920, os imigrantes constituíam 95% dos trabalhadores chegados ao estado de São Paulo. A imigração foi importante antes da República, e não foram poucos os imigrantes italianos que chegaram a trabalhar, nas fazendas de café, ao lado de trabalhadores negros escravizados. Um viajante chegado a São Paulo em 1900, depois de 30 anos de ausência (Alfredo Moreira Pinto, em *A Cidade de S. Paulo em 1900*) exclamava que "era então São Paulo uma cidade puramente paulista, hoje é uma cidade italiana".

Souza Martins enfatiza a importância da imigração na dissolução das velhas relações de trabalho: "Sem ela, dificilmente correntes migratórias espontâneas teriam se estabelecido para o Brasil, já que sem elas teria sido impossível pôr fim à escravidão negra, como afinal se deu". Na medida em que a imigração quebrava as velhas relações de trabalho, mas não se produzia a quebra simultânea da velha estrutura da propriedade (pois o desenvolvimento industrial coexistia com ela), contribuiu muito menos ao movimento industrial propriamente dito, através de uma significativa ampliação do mercado interno (como se deu, por exemplo, nos EUA) e criando, por conseguinte, uma maior necessidade de mão-de-obra industrial.

Ora, no ano de 1850 foi promulgada uma lei, conhecida como Lei de Terras, que proibia outra forma de acesso à terra, inclusive às terras devolutas, que não fosse por meio da compra. Com isso se instituía os critérios de absorção do trabalhador estrangeiro pela sociedade brasileira: sendo imigrante pobre, deveria trabalhar primeiro para os fazendeiros, para formar o seu pecúlio e comprar depois a terra, se quisesse se tornar depois um trabalhador autônomo. De certo modo, para tornar-se um camponês livre, o imigrante devia oferecer durante tempo indeterminado ao grande proprietário de terras, como uma espécie de tributo, o seu trabalho e o da sua família.



Quando foi proclamada a República funcionavam no Brasil 600 estabelecimentos industriais. O desenvolvimento do capitalismo trouxe consigo o surgimento e o desenvolvimento dos proletários, com um importante grau de concentração, inclusive para os padrões mundiais da época. Em 222 fábricas de tecidos, encontravam-se 52.656 operários: mais de um terço dos operários industriais. O crescimento industrial acelerou-se no curso da guerra mundial de 1914/18. Reduziram-se drasticamente então as possibilidades de importação e, conseqüentemente, o mercado interno insatisfeito determinou o aceleração no ritmo da industrialização. O censo de 1920 acusou a existência de 13.336 estabelecimentos industriais, nos quais trabalhavam 275.512 operários.

Na medida em que o trabalhador estrangeiro era preferido ao nacional, em especial ao negro liberto, para os empregos industriais, em condições em que o desenvolvimento industrial não cobria oferta de força de trabalho libertada pela quebra das velhas relações escravocratas e patriarcais, isso criava um elemento fundamental da formação da classe operária brasileira. A imigração corria paralela aos primeiros surtos industriais. Colocava-se o problema da "nacionalização da classe operária", pois a condição estrangeira da maioria do operariado se apoiava na exclusão dos potenciais trabalhadores industriais nacionais, acirrando, de modo suplementar, a concorrência pelo emprego industrial, enfraquecendo a classe operária como um todo.

A industrialização fez surgir no Brasil um novo perfil social com o surgimento do operário fabril. As condições de vida dos trabalhadores estrangeiros estavam longe de ser invejáveis.

No relatório do cônsul italiano (de 1891) sobre as condições do trabalho de seus compatriotas imigrantes no meio rural, constatava-se que *“o colono que vive nas fazendas geralmente se encontra em más condições higiênicas no que concerne à habitação. Não ainda livre dos métodos usados durante séculos com os negros, não dão os fazendeiros nenhuma importância às providências educativas, higiênicas, humanitárias. Os gastos com médico e remédios, fantasticamente exagerados no interior, estão, bem entendido, todos a cargo do colono. Encontrei colonos que tiveram que pagar por uma visita ao médico até 50 mil-réis, isto, é, o quanto ele ganha num ano tratando mil pés de café. Em muitas fazendas há o padre, em poucas a escola. O padre, pago pelo fazendeiro pela missa, recebe também do colono uma taxa especial e arbitrária por cada ato do seu ministério exercido por via particular...”*

E continuava: *“A causa principal da penúria freqüentemente contínua dos meios do colono é o sistema, seguido geralmente, de comprar, como se fora um tributo obrigatório, nas vendas, que geralmente são uma especulação pessoal do próprio fazendeiro, e nas quais os gêneros são vendidos a preços duplos e talvez triplos do preço na cidade ou no vilarejo mais próximo. Quantas vezes tive que me ocupar com as reclamações dos colonos que, no momento da colheita dos cereais, viam-se expulsos da fazenda, sob pretexto fútil, sem direito ao fruto do seu trabalho, sendo-lhes arbitrariamente vedada a colheita que era de sua propriedade, e ficando privados dos animais por eles criados... Os contratos entre fazendeiro e colono, ou o costume e o arbítrio na falta de contratos, impõem ao colono numerosas multas, que às vezes chegam a metade do lucro bruto anual do colono”.*

A mão-de-obra era abundante para uma capacidade produtiva restrita. Nas indústrias, 79% da força de trabalho ocupada nas manufaturas em São Paulo (em 1893), e 39% da força de



trabalho do Rio de Janeiro (em 1890) era constituída por estrangeiros. Os lucros nessas indústrias semi-artesanais baseavam-se na intensificação da exploração da força de trabalho (mais-valia absoluta, nos termos de Marx). Estando a produção agrícola voltada para a exportação, era difícil introduzir um barateamento da reprodução da força de trabalho. Se os investimentos em maquinário (que aumentariam a produtividade do trabalho) eram poucos, os lucros provinham principalmente do rebaixamento do salário real, da exploração de mulheres e de crianças, da intensificação do ritmo de trabalho, da extensão da jornada de trabalho.

Se o nível da acumulação é também determinado pelas relações de força existentes entre patrões e operários, estes tiveram, nos primeiros estágios da industrialização brasileira, a desvantagem dada pela existência de um grande número de desempregados ou subempregados e, além disso, pela política estatal. Se o Estado não intervinha para proteger a simples reprodução da força de trabalho (ausência de salários mínimos legais, de férias remuneradas, péssimas condições de trabalho em geral) sua policia intervinha cada vez que um movimento grevista “perturbava” a “ordem pública”.

Latifúndio agrário, "capitalismo (industrial) tardio", e Estado oligárquico (monárquico ou republicano) fechavam o círculo das condições dentro das quais se formava a classe operária brasileira. O círculo dentro do qual iriam esvaziar-se as esperanças dos abolicionistas radicais na “redenção através do trabalho livre”. Nesse atraso geral, a política imigratória era também um aspecto. Cada elo ajudava a fechar a corrente.

Industriais e Operários

Industriais e operários se posicionaram perante a situação econômica do Império. Em 1881, a Associação Industrial, presidida pelo deputado Dr. Antonio Felício dos Santos, deu a conhecer um "Manifesto", no qual, além de denunciar a situação em que se encontravam as primeiras tentativas industriais do Brasil, se encaravam com rara clareza os problemas históricos da estrutura política e econômica do país, em relação com a sua transformação industrial.

O eixo do *Manifesto* era a demanda de proteção alfandegária para as indústrias brasileiras, contra a política livre-cambista praticada pelo governo: "*Chamão-se livre-cambistas os que assim se mostram realmente proteccionistas... do estrangeiro*": nessa frase encontrava-se o resumo do protesto dos industriais. Noutros trechos, dizia-se: "*Como todas os factores da riqueza pública, porém, muito mais do que qualquer outro, tem (a indústria) se desenvolvido quasi absolutamente sem direção nem auxílio do centro governativo, quasi ignorada e ás vezes até ridiculisada pelos homens políticos. Só se manifesta a acção do governo pelas pesadas contribuições a nós impostas para ocorrer ás despesas publicas distribuídas exclusivamente ás outras classes sociais. De tempos em tempos um acto desastrado dos altos poderes do Estado, com o fim de obter de prompto algumas migalhas para o Thesouro, vem ferir, talvez de morte, esta ou aquella indústria que prosperava*".

Mas, por que os homens políticos agiam desse modo? O Manifesto dos Industriais ensaiava uma explicação: "*Os homens incumbidos há 50 anos da gestão dos negócios públicos no Brasil se tem ocupado de uma política partidária, estreita, esgotando as forças intellectuaes*



desta geração em estéreis discussões, em exclusivismos pessoais sem objetivo ideal nobre nem resultados positivos de progresso. N'ellas consome-se a actividade nacional que devêra empregar-se na concorrência industrial com outros paízes, creando as condições mais adequadas para a satisfação das necessidades e aspirações da humanidade no século presente (...) Tamanho erro provêm em linha recta da educação viciosa bebida nas Academias pelos directores do paíz, theoreticos puros, sem conhecimentos positivos, mais litteratos do que homens de sciencia”.

Criticava o Manifesto às classes latifundiárias como beneficiárias da política governamental, mas o governo não era criticado como expressão dessas classes, mas como um governo incapaz, de "bacharéis" falsamente cultos, que agiam desse modo devido à sua condição intelectual e à sua formação. Notava-se como a monocultura e a ausência de imigração maciça possuíam as mesmas causas: "*O Brasil, a despeito de tantas vantagens naturais e tantos recursos para o desenvolvimento progressivo de um grande povo, vê tristemente fugirem de suas plagas as levas espontaneas de homens laboriosos, transbordados continuamente da Europa. Por outro lado o absentismo, a emigração dos capitães, actuando como uma torrente esterilizadora que lava o humus do solo, prepara a consumpção lenta, cujos effeitos se farão sentir em todo o organismo social á menor perturbação econômica. Basta uma baixa no valor ou na produção do nosso quase único gênero de exportação, para determinar uma crise de consequencias incalculaveis*".

Contrastava-se essa situação com o protecionismo adotado pela Inglaterra nas primeiras etapas do seu desenvolvimento industrial, e com o rumo adotado pelos EUA: "*Considera-se lá atrasados em civilização os Estados Unidos da América do Norte que firmão sua riqueza no regimen protector, trilhando o caminho antigo da metropole e por isso attrahindo para seu seio e assimilando uma perenne immigração de operários e pequenos capitalistas (...) Ahi os productos indutriaes já excedem o consumo e exportão-se largamente*".

A situação do Brasil era bem diversa daquela dos “modelos de industrialização”: "*Não é o Brasil uma simples feitoria commercial e colonia explorada pelos traficantes europeus que com raras excepções nem se fixão em seu solo, nem se identificão com seus interesses? Só um parlamento como o do Brasil, sem representantes das classes productoras, poderia adoptar sem exame o aditivo, que transitou com a Lei do Orcamento no anno passado, mandando reformar a tarifa das alfandegas, alterando os valores officiaes dos objectos importados, prohibindo em todo caso o augmento (mas não a diminuição) na porcentagem ou razão dos direitos fiscaes! (...) Nos paízes novos não póde medrar a industria sem alento dos altos poderes do Estado. Todos os governos civilizados começarão assim, favorecendo o desenvolvimento do orgão industrial, cujos elementos as grandes cidades principalmente encerrarão em seu seio. A moralisação das classes pobres pelo trabalho é, quando mais não seja, uma questão de alta policia. A producção para o consumo, ao menos, é uma noção de economia elementar*".

Pedia-se, portanto, uma política industrial nacionalista, ao mesmo tempo em que os pobres eram qualificados de “imorais”, mas “moralizáveis” pela exploração fabril. As aspirações industrialistas, por outro lado, eram limitadas à indústria de consumo de bens-salário. O Manifesto agregava que a ausência de desenvolvimento industrial comprometia não só a soberania econômica, mas também a soberania nacional pura e simples. Punha como exemplo



a falência da cabotagem nacional, “escola de marinha mercante”, o que deixava o Brasil, em caso de guerra ou desastre naval, com o único “triste e perigoso recurso dos mercenários estrangeiros”.

Na época, a escassa e raquítica representação operária, ainda transitando da fase corporativista para a fase de organização sindical, se posicionava, perante as grandes opções de política econômica do país, em termos semelhantes aos das associações industriais patronais, estabelecendo com elas uma espécie de “frente única pela industrialização do país”, o que refletia uma escassa diferenciação social, e uma nula independência política, do operariado.

Na mesma época da movimentação industrialista, algumas das primeiras organizações operárias colocavam-se na perspectiva política dos industriais. Assim, em 1877, um “Manifesto dos operários chapeleiros”, dirigido às autoridades imperiais, afirmava: *“Os abaixo assinados, artistas chapeleiros, sempre incansáveis no trabalho para o engrandecimento do país, promovendo e auxiliando os diversos ramos da indústria nacional, tomam a liberdade de expor-vos a decadência desta indústria (que) não provém da imperfeição com que porventura o chapéu seja acabado, senão dos insignificantes direitos a que está sujeito o que o mercador importa do estrangeiro (...) Os pêlos, as drogas para tintas, a gomalaca, os ferros e fitas tanto de lã como de seda, tudo ainda recebemos do estrangeiro, sujeitos a direitos mais ou menos pesados, que junto com a mão-de-obra e muitas outras despesas que demanda uma fábrica no Brasil, faz com que a fabricante não possa acabar o chapéu por preço, de modo a concorrer vantajosamente com o estrangeiro (...) Protegido deste modo o fabrico nacional, não será desarrazoado esperar que esta indústria crie outras, como seja a aclimação da lebre, do coelho, do carneiro e outros animais que nos forneçam os pêlos, e isto, de certo, trará por outro lado consigo resultados mui benéficos para o país. O fabrico do chapéu de lã e por ora diminuto, mas é de esperar que aumente, logo que cesse de vir do estrangeiro”*.

O “Manifesto do Corpo Coletivo União Operária”, de 1885, referia-se a “V.M. Imperial, Protetor da Classe Operária” (os industriais empregavam tom semelhante para referir-se ao Imperador), e pedia a aprovação de uma série de artigos para obter os fins seguintes: “centralização dos trabalhos de manufaturas para o Estado no país; auxílio ao desenvolvimento geral de manufaturas no Império... Banca Auxiliar da Indústria no Império do Brasil... Imposto adicional às manufaturas importadas dos portos estrangeiros, as quais são fabricadas no país... Estatística profissional”.

As reivindicações operárias passavam a segundo plano nessas colocações. A situação da indústria no Império, a fraqueza da organização operária, contribuía para abrir perspectiva a posicionamentos de unidade dos empresários industriais com os operários em torno de um programa de nacionalismo econômico e político, com o qual inaugurava-se uma das vertentes da política brasileira no século XX. Mas nem a difusão das idéias prevaletentes no operariado europeu (de onde provinha boa parte do operariado brasileiro), nem a própria situação social da classe operária brasileira, deixavam de colocar a necessidade de uma organização e de uma política independentes do movimento operário.



Socialismo

De modo diverso, essa necessidade expressou-se nas ideologias e pequenas organizações que se reclamavam do “socialismo” e do “trabalhismo”. As primeiras expressões socialistas no Brasil datam da década de 1840, e correspondem ao socialismo filantrópico dos intelectuais *éclairés*, que possuíam importante influência na Europa. Em 1845 foi publicado o *O Socialismo*, livro do General Abreu e Lima, em que o autor definia o socialismo como “um desígnio da Providência”.

Em 1845 Eugene Tardonnet (discípulo de Saint-Simon, socialista utópico francês), temporariamente residente no Brasil, criava no Rio de Janeiro a *Revista Socialista*. M. G. de S. Rego começou no mesmo ano a publicação de *O Socialista de Rio de Janeiro*, trisemanário que seria publicado até 1847. Nele, afirmava-se: “O vocábulo ‘socialista’, sob cuja denominação sai hoje a luz nossa folha, define exuberantemente o objeto principal com que ela é publicada: a conservação e melhoramento do pouco de bom que existe entre nós; a extirpação de abscessos e vícios provenientes da ignorância, da falsa educação e imitação sem critério; a introdução de novidades do progresso universal... *O Socialista* tratará de agronomia prática, de economia social, didática, política preventiva e medicina doméstica e, sobretudo, do socialismo, ciência novamente explorada, da qual basta dizer que seu fim é de ensinar aos homens a se amarem uns aos outros”.

Logo depois, porém, um outro tipo de expressão dos trabalhadores, surgido dos próprios trabalhadores, fazia sua estréia. O *Jornal dos Tipógrafos* foi criado em 1858, no mesmo ano em que os operários desse ramo se organizavam numa entidade própria e deflagravam a primeira greve do Rio de Janeiro, talvez do Brasil. A greve de 1858 uniu os tipógrafos dos jornais *Diário do Rio de Janeiro*, *Correio Mercantil* e *Jornal do Comércio*, que, insatisfeitos com os míseros salários que percebiam, declararam-se em greve, exigindo uma elevação de 10 tostões diários em seus vencimentos.

Essa greve durou vários dias. Os tipógrafos editaram seu próprio jornal, para o qual, como contribuição, uma das primeiras organizações operárias surgidas no Brasil, a Imperial Associação Tipográfica Fluminense, deu onze contos de réis. A greve foi vitoriosa. Contou com a solidariedade dos tipógrafos da Imprensa Nacional que se negaram a furar a greve, como lhes exigia o governo. Os tipógrafos, desde então, assumiram a vanguarda não só das lutas como também da organização da classe operária no Brasil.

O movimento operário brasileiro manifestou-se inicialmente, portanto, na mesma época do argentino ou do chileno; outra coisa é que suas manifestações independentes fossem ulteriormente abafadas, no cenário geral do país, pela força e abrangência da campanha abolicionista, ela sim um fato único na América Latina da segunda metade do século XIX.

No nº 14 do *Jornal dos Tipógrafos* podia-se ler: “Já é tempo de acabarem as opressões de toda a casta; já é tempo e se guerrear por todos os meios legais toda exploração do homem pelo mesmo homem”. Um movimento operário, claramente classista, nascia.

As primeiras tentativas de se organizar um “partido socialista”, como expressão política dos interesses independentes do proletariado, deveriam no entanto aguardar a década de 1880.



Em geral, tratou-se de tentativas frágeis, temporárias e localizadas, que não atingiram abrangência nacional, mas deve-se se lembrar que isso acontecia com os partidos políticos em geral, inclusive os abertamente representantes das classes dominantes.

Ainda assim, um *Partido Operário* (do Brasil), dirigiu-se em 1890 à Internacional Socialista, mostrando a intenção de vincular o proletariado brasileiro ao processo de diferenciação política crescente que percorria então o movimento operário europeu. Dizem Leonardi e Hardman: "Inúmeras dificuldades impediram a construção de um partido operário a nível nacional. Aliás, as classes dominantes também não conseguiram dar vida real senão a partidos republicanos estaduais (...) Ter em conta o minúsculo peso social específico do proletariado em relação ao conjunto da sociedade é fundamental para entendermos a situação concreta vivida por nossos primeiros socialistas. A estrutura e a composição étnica do proletariado na época, composto de trabalhadores das mais variadas nacionalidades e raças, falando diferentes idiomas, criaram dificuldades suplementares. Sem falar no fator geográfico, que impediu o contato freqüente, devido às grandes distâncias que separavam os pequenos núcleos, dispersos e fragmentados num território imenso. Acrescente-se o fato de a indústria em geral estar muito pouco desenvolvida, havendo um número reduzido de grandes fábricas e muitas pequenas oficinas, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo. Nos demais estados a indústria era ainda mais raquítica, não passando o movimento sindical e operário de uma vida molecular".

Na medida em que os "partidos socialistas" se propunham uma progressão no plano eleitoral como via para a sua implantação, não podiam superar por si sós a fragmentação geográfica da vida política brasileira. A implantação da República, com sua ênfase no federalismo, agravou este problema, em vez de aliviá-lo. De qualquer modo, as tentativas de se criar um Partido Socialista aumentaram nos primeiros anos da República.

No marco da República oligárquica, os socialistas se apresentavam menos como os portadores de um interesse de classe, e mais como os defensores da modernidade e da moralidade pública, o que evidencia a diferente função que um "PS" devia preencher, no Brasil ou no mundo periférico, em relação aos seus pares da Europa imperialista. No Brasil sobrevivia a hegemonia do setor latifundiário, agora do sudeste do país. Juridicamente, a inexistência da Justiça Eleitoral, o voto aberto e a falta de mecanismos eficazes de controle asseguravam a mais absoluta impunidade para a dominação política do latifundiário, invariavelmente o chefe da política local.

O jurista Evaristo de Moraes, membro da geração socialista das primeiras décadas do século XX, escrevia: "Constituiria, sem dúvida, a realização deste propósito (a organização política do operariado) a única possibilidade de reerguimento de nossa suposta democracia, até agora entregue à dominação absoluta e interesseira de politicantes profissionais, sem programa e sem idéias (...) Só medraram, até o presente, com o nome de "partidos", as agremiações de interesses eleitorais e de apetites individuais que, em volta de um homem mais ou menos enérgico e maneiroso, souberam apoderar-se dos presidentes e souberam dobrá-los para sua serventia (...) De idéias, de princípios, nunca se cogitou seriamente. Tudo sempre foi questão de pessoas, de arranjos, de conluíus ou de exibições de mandonismo despótico, para inutilizar adversários, ou convencer vacilantes".



O socialista italiano, residente no Brasil, Antonio Piccarollo, de quem voltaremos a falar, apontou uma diferença e uma dificuldade suplementares, de ordem subjetiva: “A razão destes insucessos para o socialismo, e para a organização operária, deve-se procurar na natureza e no caráter anacrônico que se lhes quis impor. Esquecendo que viviam no Brasil, país saído havia pouco da escravidão, propagandistas e organizadores quiseram criar um socialismo e uma organização baseada nos moldes das existentes nos países economicamente mais adiantados. Os socialistas, em maioria italianos, no seu congresso aprovaram um magnífico programa de socialismo italiano. As organizações operárias, sob a influência de elementos generosos, mas com a cabeça nas nuvens, dirigiam a proa para a França, imitando os sindicalistas e traduzindo as obras de Sorel e de outros revolucionários. Os fatos, entretanto, na sua austeridade divina, vingaram-se do desprezo em que eram tidos condenando ao insucesso socialismo e organização operária”.³

A tese do exotismo da ideologia socialista “européia” na fase inicial de formação da classe operária brasileira (e latino-americana) foi retomada, depois, por boa parte da historiografia, das mais diversas tendências. Insistindo no caráter “europeu” ou “europeizante” do velho socialismo, se pretendeu com isso explicar seu fracasso.

Essa explicação grassou inclusive entre os analistas marxistas, como é o caso de Michael Lowy: “O problema não é tanto a origem européia dos precursores (alemães, italianos, espanhóis) mas sim o espelhismo, a assimilação mimética da experiência européia pelos primeiros dirigentes socialistas autóctones, que não perceberam as particularidades próprias das formações sociais do continente, enquanto países dependentes, explorados e dominados pelo imperialismo (...) Foi bem compreensível que - com a exceção da Argentina, o país mais “europeu” da América Latina - esse tipo de corrente social-democrata tenha tido pouca penetração ao sul do Rio Grande, onde muito cedo a reivindicação nacional, em sua dimensão anti-imperialista, tem sido um eixo essencial das lutas populares”.

Diversa é a opinião de Evaristo de Moraes Filho: “Não concordamos com os que enxergam nos programas e manifestos socialistas reivindicações estranhas à realidade brasileira, como se fossem meras traduções ou ecos das exigências alienígenas. Inspirados, embora, nas doutrinas e nas teorias que se haviam formado nos países europeus com maior ou menor ênfase, jamais deixaram esses partidos de levar em conta as necessidades do trabalhador nacional. Mergulhados até o pescoço no dia-a-dia da vida miserável que levava o operário brasileiro, faziam-se porta-vozes das suas angústias e anseios. Reformistas em sua maioria, esperando que a conquista do poder se viesse a dar indiretamente, pela conquista do Congresso, pelo voto, pelas leis, pelas mudanças institucionais, pela pressão popular; nem por

³ Víctor Alba, tentando estabelecer uma “teoria geral” que pudesse compreender o conjunto da história do movimento operário latino-americano, distinguiu quatro etapas na formação das “ideologias operárias” em nosso continente: a) A *importação* (socialistas utópicos), b) A *imigração* (exilados das revoluções européias), c) A *naturalização* (“*las distintas organizaciones obreras, aunque emplean la retórica importada por los exilados europeos aprendida en las obras de algunos liberales, adaptan esas ideas, en sus programas y en su acción, para utilizarlas en la realidad latino americana*”), d) a *formação da doutrina própria* (“*surge la necesidad de una interpretación propia de la realidad latinoamericana*”). A teoria do “exotismo” do pensamento socialista na realidade latino-americana só pode ter uma validade limitada ao período no qual a difusão das idéias não ultrapassava o estreito círculo dos imigrantes europeus.



isso deixavam outros de chegar a apelos revolucionários ou à própria ação direta, pela greve e demais instrumentos de fato correlatos”.

Não é de se estranhar que a insistência no caráter europeu e não adaptado à "realidade nacional" do socialismo da II Internacional, seja maior no caso de Brasil. Neste país, a base imigratória do operariado estendeu-se mais no tempo do que nos outros da América Latina, o que se refletiu no fato da imprensa operária em língua estrangeira abarcar um período maior no tempo. Mas essa imprensa, e inclusive as organizações operárias baseadas em minorias nacionais, cumpriam uma função claramente necessária: a de unir e defender uma comunidade que sofria uma dupla exploração: a "normal" do trabalho assalariado, e a exclusão dos direitos políticos e sociais devido a sua condição de estrangeiros - uma legislação especificamente discriminatória contra os estrangeiros foi usada no início do século contra os socialistas e os anarquistas, principalmente na Argentina e no Brasil. A diversidade "cultural" e de língua ao interior do operariado foram uma dificuldade suplementar para a organização política da classe operária.

Dos grupos do socialismo reformista no Brasil, o Centro Socialista de Santos, fundado em 1895, foi um dos primeiros. A *Questão Social*, seu órgão oficial de divulgação, era dirigido formalmente para a classe operária. Na prática, porém, parecia voltado para uma platéia interessada apenas nas questões intelectuais do socialismo. Seu primeiro número divulgou os objetivos do Centro: promover a criação de cooperativas, organizar um partido operário e divulgar as idéias socialistas. Para Silvério Fontes, brasileiro, intelectual mais importante da organização, adepto do modelo marxista desde que despojado de sua intenção revolucionária, o proletariado deveria evitar a violência.

O Centro criou o Partido Operário-Socialista em 1896, projetado, segundo seus fundadores, não para "provocar o ódio entre indivíduos", mas para mudar a instituição através de reformas. O partido conseguiu pouca influência junto à força de trabalho "imigrante" de Santos. Teve vida curta, mas seus fundadores continuaram ativos. O próprio Silvério Fontes foi um dos líderes do Congresso Socialista realizado em São Paulo de 28 de maio a 19 de junho de 1902. Ao Congresso compareceram 44 delegados que supostamente representavam os diversos grupos espalhados pelo Brasil. Na verdade, a grande maioria vinha de São Paulo. A capital federal nem se fez representar, embora Mariano Garcia, editor de *Gazeta Operária*, tivesse se aproveitado dos princípios estabelecidos no Congresso para tentar criar um partido no Rio de Janeiro.

O Congresso criou o Partido Socialista Brasileiro, projetado nas bases do Partido Socialista Italiano (a maioria dos delegados paulistas era composta de italianos). Seu programa inicial preocupava-se particularmente com a ação dos sindicatos. Convocava seus membros a estimular a criação de Ligas de Resistência para apoiar greves e conseguir apoio de grupos externos ao Partido, e convidava-os a se envolverem diretamente na luta pela melhoria das condições de trabalho.

Durante o único ano de vida do partido seus organizadores (como Valentim Diego, gráfico nascido na Espanha) continuaram participando da liderança do movimento operário em São Paulo. As metas do Partido eram divulgadas no jornal socialista *Avanti*, fundado em 1900 e



publicado em língua italiana. Mais ou menos sólidas, mais ou menos frágeis, todas estas tentativas socialistas tiveram um caráter local e efêmero.

Trabalhismo

A tentativa mais bem sucedida, ou pelo menos a mais espetacular, de se apoiar no nascente operariado brasileiro como base para uma ação política, foi a que Boris Fausto chamou de "trabalhismo". Em 1890, o Centro Artístico de Rio de Janeiro transformou-se em *Partido Operário*, sob a presidência do tenente da Marinha José Augusto Vinhaes. Sua ação "obreirista" obteve (graças às boas relações de Vinhaes com o General Deodoro da Fonseca) uma alteração de dispositivos do Código Penal de 1890, que definiam como crime a paralisação do trabalho. Mas também combateu as tentativas dos operários e de suas organizações de pôr em pé uma organização criada por eles mesmos, boicotando, por exemplo, o Congresso Operário de 1892.

Segundo Boris Fausto: "O tenente deputado tratou de se ligar às lutas operárias nascentes, ao mesmo tempo em que buscava colocá-las ao serviço de determinadas frações políticas, em disputa nos primeiros e incertos anos da República (...) (O Partido Operário) expressou em embrião dois fenômenos significativos: a existência no interior do movimento operário de um núcleo disposto à colaboração de classes e a aceitar a dependência com relação ao Estado; a presença de setores sociais propensos a algum tipo de aliança com a classe operária. Por frágil que fosse o proletariado, por contaminado que estivesse pelas ideologias revolucionárias, era sempre possível tentar algum tipo de aliança 'para baixo', na busca de introduzir brechas no sistema (...) A heterogeneidade dos grupos em que Vinhaes se apoiava e a reduzida importância da classe operária impediram que sua política chegasse a frutificar".

Mas as tentativas de usar a organização operária para uma política de colaboração de classes, e ao mesmo tempo para opô-la ao setor mais clerical e reacionário da classe dominante, continuaram. O governo do Distrito Federal mantinha ligações estreitas e talvez até contribuiu financeiramente com *O Operário*, jornal anti-clerical, que em 1909 declaradamente apoiava os candidatos do Partido e defendia a candidatura de Hermes da Fonseca para a Presidência da República. O namoro com o operariado baseava-se no fato de que os trabalhadores careciam de musculatura política própria. Embora fosse o primeiro candidato à Presidência do Brasil a incluir o trabalho urbano em sua plataforma, a consideração de Hermes da Fonseca pelo operariado era vaga e genérica. Apenas reconhecia a existência dos seus problemas, mas não oferecia propostas concretas para sua solução. Chegou a iniciar um projeto de construção de residências de baixo custo para os trabalhadores durante sua administração. Entretanto apenas algumas dúzias foram efetivamente acabadas. Os presidentes que o sucederam negligenciaram a continuação do projeto e, por volta de 1921, a Vila Operária iniciada por Hermes apodrecia, e o governo da época já pensava em vendê-la.

Em 1912, o governo patrocinou a Liga do Operariado no Distrito Federal e auxiliou os preparativos do Quarto Congresso Operário. Embora o governo se dispôs a pagar as despesas dos delegados, apenas alguns sindicatos importantes enviaram seus representantes ao Congresso realizado em novembro de 1912. Somente alguns poucos sindicatos sem importância de Rio de Janeiro compareceram. A única organização importante a enviar



delegados foi a Federação Operária do Rio Grande do Sul, que logo se retirou alegando tratar-se o encontro de mera politicagem. Os sindicatos de São Paulo e Santos não compareceram; para eles o Congresso não passava de manobra política.

Na convenção, os delegados aceitaram a formação de uma Confederação Brasileira do Trabalho, cujo programa incluía a formação de um partido operário com sede no Rio de Janeiro e representações locais espalhadas pelo Brasil, a naturalização de imigrantes, a jornada de trabalho de oito horas diárias, a obrigatoriedade de instrução primária, a elaboração de leis para melhorar as condições de trabalho na indústria privada e benefícios de aposentadoria para os funcionários públicos. Pinto Machado foi nomeado Secretário Geral da nova organização, e Mário da Fonseca, filho do Presidente e patrocinador do Congresso, foi nomeado seu Presidente Honorário. Ao encerrar-se o Congresso, os delegados realizaram uma passeata em homenagem a Mário e a Hermes. Mas como nenhum dos dois concedeu o que a recém-criada central operária necessitava para iniciar seu funcionamento, a Confederação morreu logo ao nascer.

Um outro Partido Operário (aquele que se dirigira à Internacional Socialista) combateu o grupo colaboracionista de Vinhaes e os assemelhados: segundo Pinheiro e Hall “o Partido Operário não parou de combater essa astúcia e de orientar os trabalhadores para fora desse impasse sinuoso, mostrando-lhes o horizonte puro, o socialismo libertador dos oprimidos”.

Retomava-se assim o caminho do socialismo como expressão autônoma de classe. Sem muito sucesso, aliás, pois não conseguiram superar a dispersão geográfica e a descontinuidade política, o que levou um dos criadores do Partido Socialista de 1902, o italiano Antonio Piccarollo, a escrever: "Sendo o movimento atual da economia agrícola dirigido para a pequena propriedade, os socialistas favorecerão e propugnarão tudo o que sirva para aumentar o número destes trabalhadores independentes (...) Olhando com simpatia o desenvolvimento industrial que carrega nas suas entranhas o proletariado socialista, esforçar-se-ão para dar aos operários uma consciência clara e exata o que eles serão amanhã... Tudo isso não é rigorosamente socialismo, mas é tudo o que de bom e prático podem fazer aqui os socialistas, se não querem perder seu tempo em discussões teóricas, prematuras e de nenhum valor".

Novamente colocava-se perante os operários uma aliança de fato com o setor industrial. O que era mais duvidoso é que esse setor estivesse disposto, como aparentemente pensava Piccarollo, a favorecer o advento da pequena propriedade agrária (ou seja, a afetar a grande propriedade).

O *Manifesto do Partido Socialista Brasileiro*, de 1902, situava-se nessa linha: "O Conselho Geral do Partido faz um apelo às duas diferentes classes, a dos possidentes e a dos despossuídos, em que a população deste país se acha dividida, como em toda parte, para que se compenetrem da urgente e indeclinável necessidade de atender ao que se passa nos outros países civilizados com referência à questão social (...) Aos dirigentes, aos que compõem a classe possidente e opressora, neste país, cumpre não cerrar os olhos à miséria, que transparece por toda parte, nem obturar os ouvidos ao clamor, que a toda parte se levanta".



Como se vê, mais de uma década depois de proclamada a República, não restava aparentemente outro recurso aos socialistas que o de apelar para o bom senso da classe dirigente. Se a República não tinha resolvido a "questão social", os socialistas, por sua vez, não pareciam poder elevar-se acima da fraqueza social da classe à qual pretendiam representar, nem se estruturar como expressão política estável. Piccarollo acertava no diagnóstico: a debilidade dos socialistas decorria do atraso social e político do país. O remédio que ele propunha para o socialismo brasileiro é outra história. O movimento operário e socialista brasileiro experimentava, portanto, no início do século passado, grandes dificuldades para superar, social, sindical ou politicamente, o plano da colaboração de classes.

A Industrialização

O movimento operário brasileiro já tinha, portanto, um bom caminho percorrido no final do século XIX, mas foi com a industrialização acelerada de inícios do século XX que se transformou em uma força social e política. No Brasil, o movimento operário só passou a ser considerado enquanto tal, na historiografia corrente, a partir de 1888 ou de 1889 (datas da Abolição e da proclamação da República, respectivamente), o que é um erro. Para Theotônio Júnior, por exemplo, a primeira fase do movimento operário no Brasil se estendeu de 1900 a 1930. Houve, porém, movimentos sociais dos trabalhadores assalariados na etapa final do Império. As aspirações republicanas, por sua vez, eram levadas adiante pelo seu suporte, por assim dizer, "natural", as classes médias urbanas. Mas o clientelismo e a "patronagem" vigentes excluíaam da participação política a imensa maioria dos trabalhadores, não apenas os escravos.

O primeiro passo no sentido da industrialização brasileira foi dado com a substituição da pequena produção artesanal por unidades industriais maiores. Isso começou a acontecer no final da década de 1870, quando a abolição da escravatura encontrava-se na ordem do dia, e a solução pela imigração começou a ser considerada como alternativa. A partir da abolição da escravatura, em 1888, o desenvolvimento econômico do Brasil seguiu um padrão marcadamente capitalista, tanto no segmento agrícola (café) quanto no urbano (industrialização).

No bojo desse processo, alterou-se também a estrutura do mercado, com a gradual eliminação do "comissário", como intermediário no comércio exportador/importador: os exportadores (estrangeiros) passaram a se vincular diretamente com os produtores, e os importadores espalharam representantes pelo interior do país. Mas, até fins do século XIX, a economia brasileira era essencialmente agrária e exportadora. Na região amazônica, produzia-se e se exportava borracha. No Norte e no Nordeste, o açúcar, o algodão, o fumo e o cacau dominavam. No Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo e São Paulo, o café ocupava o primeiro lugar. No Rio Grande do Sul produzia-se couro, peles, mate ("chimarrão"), e se exportava, para outras regiões do Brasil, o charque.

No final do século XIX, esse quadro dominado pela economia agro-exportadora começou a se transformar. Entre 1886 e 1894, a industrialização ganhou impulso, embora a sua origem



fosse anterior a 1880. O surgimento e o desenvolvimento das indústrias estiveram intimamente relacionados ao desempenho da economia primário-exportadora, pelo menos até a crise de 1929.

A industrialização não ocorreu em todo o país, e com a mesma intensidade. O seu pólo dinâmico situava-se no sudeste, particularmente em São Paulo, onde se localizava a mais poderosa economia exportadora: a cafeicultura. A economia cafeeira paulista, desenvolvendo-se no contexto da transição do trabalho escravo para o trabalho livre, e com ampla possibilidade de expansão nas terras férteis do Oeste, converteu-se na mais próspera das economias agro-exportadoras: foi ali que a industrialização desenvolveu-se mais rapidamente.

De início, a industrialização paulista fazia parte da economia cafeeira, ou do "complexo cafeeiro", pois a produção e a exportação do café dependiam de uma complexa organização de fatores. Além da esfera propriamente de sua produção, o complexo incluía ainda o seu processamento, um sistema de transporte (ferrovias), comércio de importação e exportação, bancos e, por fim, indústrias.

O processo de industrialização, no entanto, acompanhou o ritmo do setor exportador, não apenas cafeeiro. Em momentos de expansão, os investimentos industriais aumentavam, e se contraíam em momentos de retração do mercado internacional. Resumindo suas conclusões acerca da industrialização brasileira anterior à crise de 1929, Wilson Suzigan aponta que no período anterior a 1914, e em menor grau até 1929, o desenvolvimento da indústria brasileira de transformação pode ser caracterizado como tendo sido induzido pela expansão do setor exportador, havendo uma clara distinção entre o crescimento industrial que ocorreu antes da Primeira Guerra Mundial e a partir desta.

O período anterior à Primeira Guerra Mundial, especialmente o século XIX, pode ser explicado, segundo Suzigan, nos termos da "teoria do crescimento econômico induzido por produtos básicos". A expansão do setor exportador induziu investimentos não apenas nas indústrias de bens de consumo, mas também em indústrias produtoras de insumos, incluindo maquinário e peças, implementos e outros para o setor exportador; processamento ulterior de produtos de exportação (por exemplo, beneficiamento de café e refinação de açúcar); e outras atividades econômicas complementares ou subsidiárias, tais como transporte (principalmente ferrovias e navegação), bancos, comércio de importação e exportação, comércio interno, etc.

Além disso, e com recursos indiretamente derivados das exportações de produtos básicos, o governo brasileiro financiou (ou garantiu juros sobre) investimentos em infra-estrutura (ferrovias, portos, linhas de navegação, melhoramentos urbanos, etc.), na modernização da indústria do açúcar, na promoção da imigração, etc. A penetração do capital financeiro (imperialista) externo, principalmente inglês, encontrou aí suas bases.

O Brasil, por exemplo, entrou na era das ferrovias nos anos 1850, com forte presença do Estado. Políticos imperiais preferiram mobilizar capitais privados garantindo retornos de 7% ao ano sobre o capital investido. Em 1893, todas as empresas estrangeiras com garantia de lucros, excetuando-se apenas a próspera *São Paulo Railroad*, obtiveram a média de rentabilidade de apenas 0,3% antes do subsídio.



A maioria das empresas não poderia ser construída se dependessem da própria rentabilidade, pois esta vinha exclusivamente das garantias de pagamento de taxas fixas. Em 1898, o peso destas garantias chegou a comprometer um 1/3 do orçamento da União, motivando em 1901 o governo Campos Salles, a contragosto, à "expropriação" de doze companhias. Antes da Primeira Guerra Mundial as aquisições de ferrovias estrangeiras em dificuldades cresceram. Já em 1898, o governo detinha 34% das ferrovias diretamente e indiretamente bancava a rentabilidade das mesmas. Isto revela que essa "estatização" estava ligada à salvação do patrimônio privado.

Não havia países onde estas substanciais garantias não foram oferecidas ao capital inglês. Nos Estados Unidos, suposto berço da livre iniciativa, o procedimento era mais sofisticado: o Estado comprava as ações das empresas ferroviárias mesmo sabendo da baixa rentabilidade. Através do exemplo dado é possível imaginar a importância desta política efetivada pelos Estados periféricos para a segunda fase da revolução industrial (1840-72) e da grande expansão do setor ferroviário inglês. Por trás da exportação de capital para os países coloniais, estava, não a aventura de capitalistas "empreendedores", mas a certeza do risco zero.

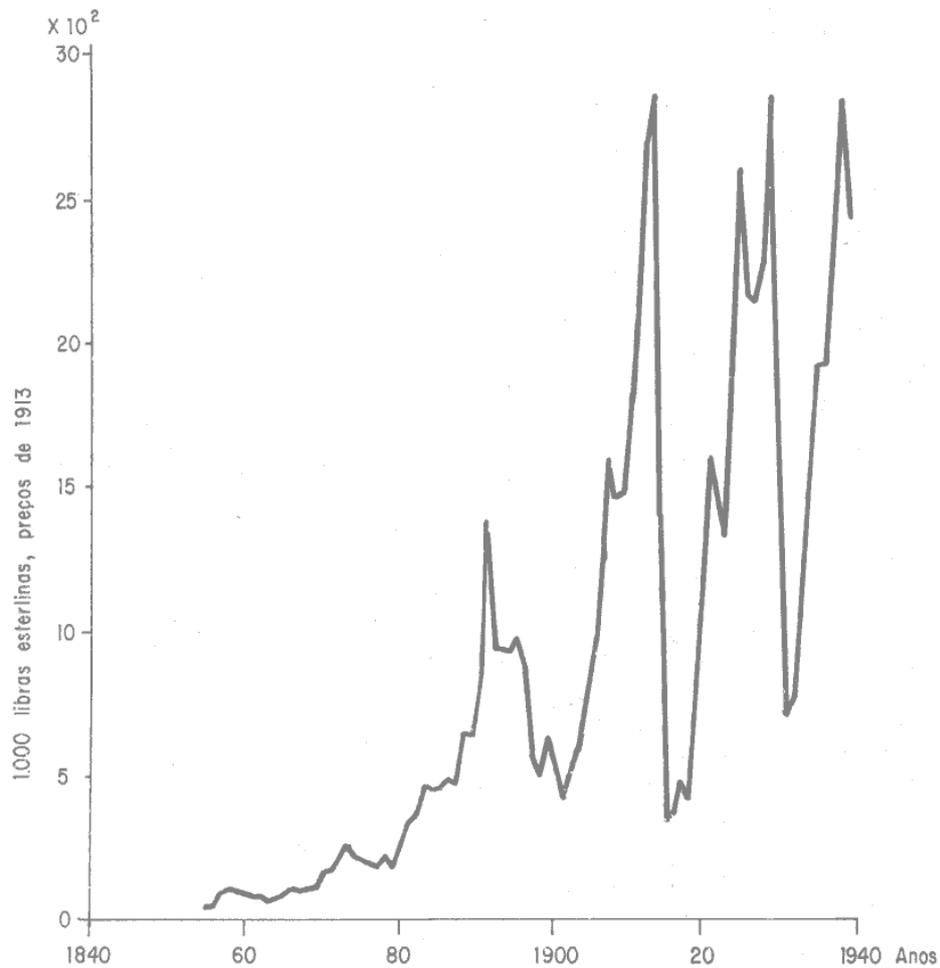
Em um estágio posterior, especialmente durante as décadas de 1900 e 1910, o investimento na indústria de transformação, no Brasil, foi também induzido pelas necessidades de insumos para a própria incipiente indústria de transformação. Algumas indústrias "novas" começaram a se desenvolver para a fabricação desses insumos, tais como sacos de algodão para farinha de trigo e açúcar refinado, garrafas de vidro para cerveja e outras bebidas, latas para acondicionar fósforos, cigarros e alimentos, maquinaria industrial simples como tomos, equipamento têxtil e peças, pequenos motores, etc.

A partir da Primeira Guerra Mundial, embora o investimento na indústria de transformação ainda fosse em grande parte induzido pela expansão do setor exportador, o padrão de desenvolvimento industrial tomou-se mais complexo. Isso foi explicado pelo fato de que durante a guerra a escassez de matérias-primas e insumos básicos, incluindo maquinaria e equipamento, tornou claro que a produção industrial interna teria que ser diversificada para abranger esses produtos.

Nesse sentido, a guerra estimulou uma maior diversificação do crescimento industrial induzido pela expansão do setor exportador. Essa diversificação, embora tentada mesmo durante a guerra, começou realmente na década de 1920.

Os investimentos industriais foram expandidos para a produção de cimento, aço, papel e celulose, produtos de borracha, produtos químicos, maquinaria e equipamento e produtos de seda e raio. Investimentos adicionais foram também realizados para o processamento de novos produtos de exportação, como óleo de caroço de algodão, carne resfriada e produtos derivados de carne, e para a modernização e expansão da capacidade de produção de algumas das indústrias tradicionais, como têxteis de algodão e de lã, açúcar, calçados, moagem de trigo e cervejarias.

O desenvolvimento industrial brasileiro se apresenta assim de modo convulsivo, como uma série de "saltos", induzidos mais por pressões externas, oriundas das conjunturas sucessivas



do mercado mundial, do que por fatores internos (crescimento sistemático da demanda interna de bens de consumo e de bens de capital), como se pode apreciar na figura que segue, que ilustra os surtos de investimento industrial:



Vejam as outras características dos primórdios do desenvolvimento industrial brasileiro, para termos uma idéia mais clara das bases econômicas do novo movimento social (o movimento operário) que a indústria fez nascer.

Brasil: Distribuição do Capital Investido por Ramo de Indústria

Legenda	Ramo de Indústria	1889	1907	1920
	Têxtil	60%	20,5%	27,5%
	Alimentícia	15%	26,7%	40,2%
	Produtos químicos	10%	9,4%	7,9%
	Artigos de vestuário e toucador	3,5%	15,9%	8,2%
	Outros	11,5%	27,5%	16,1%

(Fonte: Edgar Carone. *A República Velha - Instituições e classes sociais*. São Paulo, Difel, 1975)

Brasil: Produção Industrial por Estado

Estados	1907		1920	
	Nº de estabelecimentos	Nº de operários	Nº de estabelecimentos	Nº de operários
Distrito Federal	662	34.850	1.541	56.229
São Paulo	326	24.186	4.145	83.998
Rio Grande do Sul	314	15.426	1.773	24.661
Rio de Janeiro	207	13.632	454	16.796
Pernambuco	118	12.024	442	15.761
Paraná	297	4.724	623	7.295
Minas Gerais	529	9.405	1.243	18.522



Bahia	78	9.964	491	14.784
Pará	54	2.539	168	3.033
Sergipe	103	3.027	237	5.386
Santa Catarina	163	2.102	791	5.297
Amazonas	92	1.168	69	636
Alagoas	45	3.775	452	6.989
Maranhão	18	4.545	89	3.543
Mato Grosso	15	3.870	20	280
Paraíba	42	1.461	251	3.035
Ceará	18	1.207	194	4.702
Piauí	3	355	55	1.150
Rio Grande do Norte	14	560	197	2.146
Espírito Santo	4	90	75	1.005
Goiás	18	90	16	244
Acre	-	-	10	22
Totais	3.120	149.018	13.436	275.514

(Fonte: Edgar Carone. A República Velha - Instituições e classes sociais. São Paulo, Difel, 1975)

A indústria têxtil, primeira fase do novo processo industrial, foi decrescendo como base da industrialização, cedendo seu lugar à indústria alimentícia, na medida em que avançava a urbanização do país. A produção industrial, por outro lado, tendeu a se concentrar em alguns centros, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo. A Primeira Guerra Mundial, com seu surto industrial, foi o período em que a hegemonia industrial do país se deslocou, rapidamente, da capital federal para São Paulo.

São Paulo se transformou no centro industrial do Brasil, e também do próprio movimento operário. A respeito da concentração industrial paulista, seu principal estudioso, Wilson



Cano, aponta que “a economia cafeeira em São Paulo, exigiu, mais cedo, a instituição do regime de trabalho livre, a fim de que a acumulação cafeeira pudesse ter continuidade. A solução desse problema, pela imigração, não eliminava, apenas, aquele freio à expansão do plantio cafeeiro: fez muito mais do que isso, criando um mercado amplo para alimentos e produtos industriais de consumo corrente, abrindo, dessa forma, excelentes oportunidades de inversão, tanto para o desenvolvimento de uma agricultura mercantil quanto para a indústria. Essa imigração, constituindo uma super-abundante oferta de força de trabalho, permitiu, ainda, a formação de um mercado de trabalho livre, que funcionou com baixas e flexíveis taxas de salários, resolvendo, precocemente, o problema do suprimento de força de trabalho à economia urbana que se desenvolve a partir da década de 1880. Portanto, a nascente indústria paulista, embora subordinada pelo capital cafeeiro, dele beneficiava-se duplamente: recebia o mercado criado pelo café, ao mesmo tempo em que dispunha de força de trabalho barata e abundante. Café, agricultura, transportes, indústria, comércio e finanças, cresciam, assim, dinâmica e integradamente, ampliando consideravelmente o potencial de acumulação do complexo paulista. Dessa forma, a economia paulista contou com amplas condições para o seu desenvolvimento, ao contrário do que ocorria no restante do país”.⁴

Anarquismo e Lutas Operárias

Nos centros industriais, o anarquismo passou a ganhar força, com a grande imigração de trabalhadores europeus, entre fins do século XIX e início do século XX. Dentre os anarquistas mais importantes do país, cabe citar: José Oiticica (1882-1957), Maria Lacerda de Moura, anarquista e feminista (1887-1945), Domingos Passos, Florentino de Carvalho (1889-1947), Edgard Leuenroth (1888-1968). Através da organização de sindicatos, os anarquistas visavam obter o controle do mercado de trabalho. Se todos os membros de uma dada categoria profissional estivessem associados a um sindicato, os patrões não teriam alternativa senão procurar o sindicato da categoria para negociar a contratação de trabalhadores, e tudo que lhes dissesse respeito.

Na virada do século XIX para o século XX, o movimento operário brasileiro conheceu uma importante fase de lutas. Em 1886, verificou-se a greve dos caixeiros, no Rio, pela extinção do trabalho noturno e aos domingos. Em 1891, verificou-se uma greve dos ferroviários da Central, a qual paralisou todo o tráfego. Em 1900, houve a greve dos estivadores, no Rio, por aumento de salários, a qual foi organizada e dirigida pelo Grêmio Popular dos Estivadores. Nesse ano, verificou-se a greve dos sapateiros, por aumento de salários, com duração de dois meses. Em 1901, desencadeou-se a greve dos trabalhadores da fábrica Tabacow, em São Paulo, contra o atraso do pagamento. Segundo Hermínio Linhares: "Essa greve começou magnificamente, mas acabou mal, pela atitude pouco enérgica mantida pelos nossos

⁴ Wilson Cano aponta, como exemplos das dificuldades para a industrialização de outras regiões brasileiras, a Amazônia, com sua típica "economia do aviamento"; o Nordeste, por suas precárias relações capitalistas de produção, bem como por sua concentrada estrutura de propriedade e de renda; o extremo Sul, pela forma de produção da economia camponesa, que fragmentava o excedente e gerava uma indústria constituída, também, pela pequena e média empresa; a região do Rio de Janeiro, pela decadência cafeeira e pela precariedade de sua agricultura; Minas Gerais, por sua indústria dispersa e desconcentrada que, embora protegida por custos de transportes, sofria com limitação de seu próprio mercado.



companheiros dessa casa e pela falta de solidariedade entre eles existente". Ainda em 1901, realizaram -se as greves dos trabalhadores da fábrica Diodatto Leume & Cia, em São Paulo, pela regularização do pagamento dos salários e pela sua realização em dias fixos. Realizou-se também a greve dos trabalhadores em pedreiras, pela diminuição da jornada de trabalho de 12 para 10 horas.

Em 1903, verificou-se no Rio de Janeiro a maior greve até então havida: 25 mil trabalhadores têxteis declararam-se em greve e, durante 20 dias, permaneceram parados, exigindo a redução para 9 horas e meia da jornada de trabalho. Essa greve foi derrotada. Mas, ainda nesse ano, verificou-se nova greve que abarcou a toda a corporação têxtil do Rio de Janeiro, que reduziu a jornada de trabalho para 9 1/2 horas. Verificou-se também a greve dos sapateiros, no Rio, e uma série de outros movimentos grevistas em diversos Estados, a greve dos gráficos em São Paulo, etc. Em 1905, foi deflagrada a greve dos ferroviários da Companhia Paulista, que contou com a solidariedade dos estudantes. Nessa greve houve manifestações de rua, e choques com a polícia. Nesse ano, no Rio de Janeiro, entraram em greve os trabalhadores em bondes, os chapeleiros, os sapateiros, os têxteis e os trabalhadores em pedreiras.

Em 1906, verificou-se a primeira greve geral em Porto Alegre. Saltaram na vanguarda dessa greve os marmoristas e a ela aderiram os têxteis, os pedreiros, os carpinteiros, os pintores, os alfaiates, os carroceiros, os marceneiros e outros setores operários. A greve durou 12 dias. Os patrões foram obrigados a reduzir a jornada de trabalho para 9 horas por dia. Em 1907 se declararam em greve e conquistaram a jornada de 8 horas de trabalho, em São Paulo, os pedreiros, os gráficos de diversas empresas, os pedreiros da cidade de Santos. Também conseguiram reduzir a jornada de trabalho para 9 horas os metalúrgicos da fábrica Ipiranga. Desde então, o movimento grevista foi num crescendo constante.

O socialismo, como vimos, iniciou-se já na primeira metade do século XIX, quando o desenvolvimento das idéias socialistas seguia os princípios liberais da Revolução Francesa. Em 1902, 1909, 1912 e 1925 foram criados, em diversos estados da União, partidos socialistas regionais, cujos programas refletiam uma mistura doutrinária, alternando conteúdos marxistas e humanitarismo. Nesse período, o anarquismo e o anarcossindicalismo eram as tendências majoritárias entre o operariado brasileiro, culminando com as grandes greves operárias de 1917, em São Paulo, e 1918-1919, no Rio de Janeiro. Escolas modernas foram abertas em várias cidades brasileiras, muitas delas a partir da iniciativa de agremiações operárias anarquistas. Os jornais anarquistas e anarcossindicalistas tentaram se sustentar apenas de contribuições, porém os militantes eram poucos e não possuíam muitos recursos econômicos. Poucos foram os jornais anarquistas que publicaram mais de cinco números. A *Terra Livre*, o jornal anarquista melhor sucedido antes da primeira guerra mundial, publicou 75 números em cinco anos.

No processo de formação do operariado brasileiro foi significativo o papel dos imigrantes italianos e espanhóis (chamados de *artífices*), que traziam de seus países de origem a experiência sindical. Muitas publicações operárias do começo do século XX foram feitas em italiano e espanhol, contribuindo, entre outras coisas, para valorizar a palavra "operário", que tinha no Brasil um sentido depreciativo. Os trabalhadores imigrantes formavam clubes, círculos, uniões e associações com o objetivo de unir os operários. O governo decretou então a lei Adolfo Gordo, em 1906, que previa a expulsão do operário estrangeiro envolvido nas



lutas de sua classe (no ano de 1904 proclamava-se, na Argentina, a chamada “Lei de Residência”, exatamente com os mesmos objetivos). Apesar disso, desde o ano de 1891 foram realizadas greves, que, mesmo não tendo proporções “ameaçadoras”, foram duramente reprimidas.

O anarquismo, e o movimento operário em geral, foram pior tratados pelo Estado com o advento da República oligárquica, do que no período precedente. De 1889 a 1919 a República foi expressão quase exclusiva do governo dos grandes fazendeiros de café e do predomínio dos dois estados mais poderosos da federação: São Paulo e Minas. A “política do café com leite” se manteve praticamente inabalável, mesmo na presidência do marechal Hermes da Fonseca (1910-1914), quando dominou a figura de Pinheiro Machado, presidente do Senado e representante da oligarquia gaúcha. No mais, o PRP e o PRM (partidos republicanos, paulista e mineiro) se revezavam no poder, sem grandes transtornos.

O processo de industrialização ganhou uma nova direção a partir da Primeira Guerra Mundial. A produção, todavia, se expandiu em 1915-1916 com a utilização plena da capacidade instalada, mas começou a declinar em 1917 e o seu crescimento tornou-se negativo, no ano seguinte, pela falta de matérias primas, máquinas e equipamentos importados. A crise econômica provocada pela Primeira Guerra Mundial acentuou a miséria social geral. A guerra de 1914-1918 desorganizou o mercado internacional, trazendo novas dificuldades para a exportação do café, que viu seu preço internacional declinar.

Nesse período, o movimento operário, ainda majoritariamente composto por estrangeiros, coexistiu com movimentos autóctones, situados nos locais mais longínquos da industrialização. A crise social e econômica que abalou o país era muito mais sensível nas regiões mais pobres da nação. O sertão nordestino em particular, com sua seca, com seus coronéis e seus respectivos latifúndios, sempre esteve marcado pela tensão social. A diminuição das ações “fisiológicas” do Estado, provocada pela diminuição dos seus recursos financeiros, se refletiu nos bolsos dos “coronéis”, chefes locais. O desemprego se acentuou muito. Tanto os camponeses quanto os capangas perdiam suas ocupações. Foi neste ambiente de extrema pobreza e violência que surgiram e se desenvolveram inúmeros *cangaços*. Durante a década de 1920 os *cangaços* atuaram por todo o interior do nordeste. O poder público foi incapaz de contê-los, o que colaborou significativamente para a crise da República oligárquica (ou “República Velha”).

Essa crise manifestou-se paulatinamente, e levaria depois para uma mudança no direcionamento do movimento operário, e dos movimentos sociais em geral. A origem da crise situava-se na crescente insatisfação do Exército e das camadas médias urbanas, ao mesmo tempo em que surgiam tensões no próprio seio da camada dominante. Os militares que haviam se afastado da vida política depois do governo de Floriano Peixoto reapareceram na campanha presidencial de 1909. Nessa campanha, a cúpula militar aliou-se à oligarquia gaúcha. Manifestavam-se os primeiros abalos da política do “café com leite”.

O Exército tinha reaparecido no cenário das disputas políticas em 1910, mas então o fizera subordinado às poderosas oligarquias de Minas e Rio Grande do Sul. Apoiado por essas forças, o marechal Hermes da Fonseca foi lançado como candidato à presidência. Rui Barbosa, seu opositor, era apoiado por São Paulo e Bahia, e baseou toda a sua campanha na



idéia "civilista", contra a ascensão militar, identificando Hermes da Fonseca ao militarismo Rui Barbosa foi derrotado, enquanto Hermes da Fonseca, depois de eleito, lançou-se à "política das salvaçãoes", que consistia na intervenção federal nos estados "indisciplinados".

Apesar da eleição de Hermes da Fonseca e do papel de destaque exercido por Pinheiro Machado, presidente do Senado e chefe da oligarquia gaúcha, após o seu mandato a antiga política, que tinha Minas e São Paulo como eixo, foi novamente retomada. A crise política reapareceria, entretanto, em 1922,⁵ nas eleições para a sucessão de Epitácio Pessoa, quando Minas e São Paulo resolveram a questão indicando Artur Bernardes (político mineiro) para a presidência, e já acertando a candidatura de Washington Luís (paulista) como sucessor de Bernardes.

Diversamente das experiências comunitárias "toleradas" do Império, em relação ao movimento operário urbano, o Estado, nesse período, só aparecia para reprimir as greves: a questão social era "uma questão de polícia", nas célebres palavras de Washington Luís. A ordem estabelecida não reconhecia nenhum direito em relação ao seu trabalho. Os deputados e senadores, indiferentes aos problemas sociais, negavam projetos assistenciais e de proteção aos operários, solicitados por seus representantes. Como os novos operários eram na sua maioria estrangeiros, não tinham o direito de frequentar escolas públicas, e ainda menos acesso à saúde pública ou saneamento básico. A Igreja Católica da época era extremamente conservadora e reproduzia o discurso das classes dominantes: o nascimento da fábrica, no Brasil, acompanhou-se de baixos salários e de miséria social sob todas as suas formas.

A Greve Geral

Nos primeiras duas décadas do século XX, o movimento operário brasileiro não fez senão crescer. Segundo Edgar Carone: "Social e politicamente, o proletariado é uma força que se manifestou de modo lento. De origem agrária, logo se avoluma com a imigração e desenvolve uma consciência política de tradição européia. São anarcossindicalistas, socialistas, anticlericais, usando tática política dos movimentos italianos e espanhóis, onde então Bakunin predominava sobre Marx. As primeiras organizações, como o Partido Socialista Brasileiro (1902) e a Confederação Operária Brasileira (1908), refletem estas concepções. Os primeiros dez anos do século, além de mostrar certa maturidade organizadora no proletariado

⁵ O descontentamento contra a oligarquia dominante atingiu o auge com as revoltas tenentistas, que tiveram dois focos principais: o Rio Grande do Sul (1923) e São Paulo (1924). No Rio Grande do Sul, a revolta tenentista teve o imediato apoio da dissidência oligárquica da Aliança Libertadora e dirigiu-se para o norte: Santa Catarina e Paraná. Em São Paulo, a revolta foi desencadeada sob a chefia do general Isidoro Dias Lopes, que, não podendo suportar as pressões das tropas legalistas, dirigiu-se para o sul, encontrando-se com as tropas gaúchas, lideradas por Luís Carlos Prestes e Mário Fagundes Varela. Os principais nomes desse movimento foram: Juarez Távora, Miguel Costa, Siqueira Campos, Cordeiro de Farias e Luís Carlos Prestes. Este último, mais tarde, desligou-se do movimento para ingressar no Partido Comunista do Brasil, tornando-se o seu chefe principal. Formou-se assim, em 1925, a célebre Coluna Prestes, que durante dois anos percorreu cerca de 24.000 km, obtendo várias vitórias contra as forças legalistas. Inutilmente procurou sublevar as populações do interior contra Bernardes e a oligarquia dominante. Com o fim do mandato de Artur Bernardes, em 1926, a Coluna entrou na Bolívia e, finalmente, se dissolveu.



das grandes cidades (sindicatos, partidos e jornais), levam-no a exigências de classe contra os baixos salários”.

Finalmente, a greve geral de 1917, em São Paulo, seguida pelas greves de 1918 no Rio de Janeiro, marcaram um momento em que a força do movimento operário se manifestou, com um impacto muito grande. Ela vinha sendo preparada por um *crescendo* importante do movimento operário: 111 greves operárias foram realizadas no Brasil, entre 1900–10; e 258 no período de 1910–20, excluindo a conjuntura 1917–18. Boris Fausto, pesquisando somente os anos 1917-1920, e com dados restritos a São Paulo e Rio de Janeiro, levantou a ocorrência de mais de 200 greves operárias, com participação direta de cerca de 300 mil trabalhadores.

A paralisação de 1917, iniciada no setor têxtil, propagou-se rapidamente e atingiu a área portuária e o interior, envolvendo cerca de 50 mil trabalhadores. As principais reivindicações eram aumento de salários, proibição do trabalho infantil, jornada de oito horas, garantia de emprego e direito de associação. O governo reprimiu o movimento com todos os recursos de que dispunha, mobilizando a polícia, tropas militares e até a Marinha de guerra, mas teve finalmente de negociar, e algumas das reivindicações operárias foram atendidas.

A greve iniciou-se em junho de 1917 em São Paulo. As reivindicações da greve, publicadas em *A Plebe* de 21 de julho desse ano, incluíam: “que sejam postas em liberdade todas as pessoas por motivo de greve; que seja respeitado do modo mais absoluto o direito de associação para os trabalhadores; que nenhum operário seja dispensado por haver participado ativa e ostensivamente no movimento grevista; que seja abolida de fato a exploração do trabalho dos menores de 14 anos nas fábricas, oficinas etc.; que seja abolido o trabalho noturno das mulheres; aumento de 35% nos salários inferiores a 5\$000 e de 25% para os mais elevados; que o pagamento dos salários seja efetuado pontualmente, cada 15 dias e, o mais tardar, cinco dias após o vencimento; que seja garantido aos operários trabalho permanente; jornada de oito horas e semana inglesa”.

O grito de guerra de “greve geral” se espalhou por todos os cantos. Durante a Primeira Guerra Mundial, a economia brasileira, que atendia apenas 5% das necessidades de consumo do país, teve que se enfrentar com a escassez e a carestia súbitas: a pressão da carestia de vida, e dos baixos salários, moldaram um cenário explosivo. Os trabalhadores têxteis, em especial as mulheres, foram protagonistas principais das greves. Frente ao endurecimento da política patronal, iniciaram um duro processo de luta; *lockout* patronal e repressão policial foram enfrentados nas ruas pelos trabalhadores organizados. A Liga Operária da Mooca, que participava da organização dos têxteis, respondeu negativamente, em maio de 1917, na véspera da greve geral, a um chamado de um centro socialista que pretendia “cuidar de questões organizatórias da ação operária, com o objetivo, se necessário, de preparar uma greve geral”.

A expressão política das reivindicações operárias foi feita através do “Comitê de Defesa Proletária”, liderado por figuras importantes do anarcossindicalismo, como Edgard Leuenroth e Gigi Damiani, e com a participação de socialistas favoráveis ao movimento, como o jornal *Avanti*. Afirmava o Comitê – no jornal *A Plebe*, de 21 de julho de 1917 – que “noutras partes, noutros países, o que pede o Comitê de Defesa Proletária – um comitê que se deve



considerar subversivo – estaria já proposto pelas próprias classes conservadoras como medida de defesa dos próprios interesses”.

Segundo Leonardi e Hardman: “A burguesia industrial paulista, setor mais astuto das classes dominantes, percebeu logo que a pura repressão não daria conta do conflito. Formou-se, então, uma Comissão de Jornalistas (todos da grande imprensa) que serviria de mediadora entre operários e patrões. Os grandes empresários aceitaram uma série de reivindicações. O presidente do Estado e o prefeito de São Paulo prometeram, da parte do governo, fiscalizar as condições de trabalho de mulheres e menores, o preço e a qualidade dos gêneros alimentícios e libertar os operários presos. Os empresários concederam 20% de aumento salarial e a promessa de não dispensar os grevistas. No dia 15 de julho, em grandes comícios operários no Brás, Lapa e Ipiranga, a massa grevista aceitou o compromisso patronal, a partir da proposta de volta ao trabalho levada pelo Comitê de Defesa Proletária”.

Lia-se num editorial da época d’*O Estado de S.Paulo*: “A torre dos privilégios desaba. Fê-la tremer em seus alicerces seculares a teoria socialista, a equivalência, ainda não reconhecida, mas já vitoriosa, do capital e do trabalho. Os capitalistas bem avisados não ignoram, os governos cautos estão fartos de o terem notado, e ambos os grupos se harmonizam e colaboram à procura de uma solução sem conflito violento com a nova força que se apresenta em campo revestida de uma pujança invencível”.

No balanço da dispersão final do movimento de 1917-18, feito por Astrojildo Pereira, anarcossindicalista e futuro fundador do PCB, em *A Plebe* de 4 de junho de 1921, dizia-se: “A organização por ofício, localista e federalista forma uma verdadeira poeira de núcleos dispersos e dispersivos, onde as energias, ao invés de se concentrarem num bloco homogêneo, se desperdiçam infrutiferamente, e o que é mais grave, se amesquinham um estreito espírito corporativista. Temos visto os resultados de tal sistema: fraqueza particular de cada sindicato, fraqueza geral das federações, diante da força compacta e agressiva do inimigo. Os ataques fracionários das massas dispersas do proletariado contra esse bloco só servem para o aniquilamento fracionário, mas gradual e constante, do proletariado”.

Apesar de limitada às regiões industrializadas, a greve, nos locais em que se efetivou, teve um impressionante grau de adesão. A resposta do Estado também foi impressionante. A legislação tratava como crime a ação anarquista. Estrangeiros envolvidos com essa ideologia eram extraditados. Brasileiros eram presos e humilhados em público. Durante o governo de Artur Bernardes a repressão geral se tornou aberta. Censura à imprensa, torturas, e assassinatos se tornaram condutas freqüentes. Mas a realidade social e política do país mudara, para sempre. Em 1918, a Câmara dos Deputados criou a Comissão de Legislação Social, encarregada de redigir leis específicas de “proteção” aos trabalhadores. Entre essas leis incluíam-se as de acidente de trabalho e de férias remuneradas. Os patrões resistiram à idéia dessas leis: para que férias aos trabalhadores? As leis de “proteção” aos trabalhadores eram, na verdade, leis de proteção contra a revolução (ou contra seu “fantasma”, que aparecera em 1917-18 em São Paulo e Rio de Janeiro,⁶ ou sua realidade, na Revolução Russa

⁶ “Haveremos de mostrar que a revolução social não é uma utopia”, disse Carlos Dias, membro da União Gráfica, em discurso no ato de 1º de maio de 1918.



do mesmo ano) e, portanto, de proteção ao direito dos patrões de continuarem com a exploração capitalista.

Conclusão

Afirmou-se durante longo tempo que a decadência do movimento anarquista se deveu ao fortalecimento das correntes do socialismo marxista, com a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1922. Nela participaram, no entanto, ex-integrantes do movimento anarquista que, influenciados pelo sucesso da Revolução Russa, decidiram fundar um partido semelhante ao bolchevique. Pesquisas mais recentes indicam, ao contrário, que a influência anarquista no movimento operário cresceu depois de 1922: só a repressão do governo de Artur Bernardes diminuiria a influência das idéias anarquistas no movimento operário. O presidente Artur Bernardes foi responsável por campos de concentração e centros de tortura, nos quais morreram militantes libertários (um deles foi o de Clevelândia, localizado no Oiapoque). Foi durante o governo de Getúlio Vargas que o anarcossindicalismo recebeu seu golpe de morte, devido ao surgimento dos sindicatos controlados pelo Estado e as novas perseguições políticas. Até a primeira metade da década de 1930, o anarquismo permanecera uma ideologia influente entre os operários brasileiros.

Entre meados do século XIX e a crise de 1929/1930, durante três quartos de século, desenvolveu-se, no Brasil, um movimento operário cada vez mais forte e dinâmico, que abrigou em seu seio correntes socialistas e anarquistas (além de grupos nacionalistas proto-colaboracionistas). A sua peculiaridade, no marco latino-americano e mundial, foi atuar num quadro histórico que colocava, como problemas imediatos, a questão da democracia (perante a monarquia ou perante a República oligárquica e censitária), a questão da unidade nacional e, sobretudo, a questão da abolição da escravidão, questões todas que tenderam a subordinar a “questão social”. Os seus dirigentes, os seus teóricos e correntes políticas, não deixaram de se colocar os problemas do direcionamento político do movimento operário em condições tão particulares.

Ao mesmo tempo, o movimento operário e socialista foi extremamente atuante, e criou tradições políticas e organizativas que obrigaram a sucessivas mudanças da política estatal diante da questão social. O desenvolvimento histórico ulterior do país, e do próprio movimento operário, é incompreensível senão à luz da atividade operária, assim como socialista e anarquista, na segunda metade do século XIX, e no primeiro quartel do século XX. Os problemas que se colocaram, nesse período, para o proletariado militante, não deixaram de se colocar, sob novas condições, mas guardando com aqueles uma profunda identidade, nas quase oito décadas posteriores, chegando até os dias atuais. Seu estudo e re-estudo não são, por isso, um passatempo reservado a historiadores, mas uma fonte de reflexões e lições que conservam plena vigência até o presente.



A esquerda brasileira - período de 1922 a 1964⁷

Depois da Revolução Russa (1917), a história da esquerda brasileira costuma ser reduzida à história do Partido Comunista do Brasil (ou Partido Comunista Brasileiro, PCB, como passou a se chamar depois da dissolução da Internacional Comunista). Ignora-se a influência que o anarquismo conservou no movimento operário brasileiro até, pelo menos, meados da década de 1930, assim como as diversas formações políticas socialistas, sem falar nas organizações trotskistas (como o Partido Socialista Revolucionário, na década de 1940, ou o POR, Partido Operário Revolucionário, nas décadas de 1950 e 1960), assim como a existência de diversas formações políticas socialistas. Sem dúvida, porém, o PCB foi a formação política de esquerda mais importante, entre 1922 e 1964. Em 1962, sofreu a ruptura do setor que conformou o atual PC do B. Com o advento da ditadura militar, sofreria diversas cisões, que o levariam a praticamente desaparecer na década de 1980.

O PCB foi fundado na cidade de Niterói a 25 de março de 1922 por nove delegados representando 73 militantes de diferentes regiões do Brasil: Abílio de Nequete (barbeiro de origem libanesa), Astrojildo Pereira (jornalista do Rio de Janeiro), Cristiano Cordeiro (contador do Recife), Hermogênio da Silva Fernandes (eletricista da cidade de Cruzeiro), João da Costa Pimenta (gráfico paulista), Joaquim Barbosa (alfaiate do Rio de Janeiro), José Elias da Silva (sapateiro do Rio de Janeiro), Luís Peres (vassoureiro do Rio de Janeiro) e Manuel Cendón (alfaiate espanhol). Já em junho do ano de fundação, o governo Epitácio Pessoa colocou o PCB na ilegalidade. Conquistou a legalidade em janeiro de 1927, quando elegeu Azevedo Lima para a Câmara dos Deputados. Mas, logo em agosto do mesmo ano, voltou a ser ilegal.

O PCB realizou às pressas seu primeiro congresso apenas para poder enviar delegados ao IV Congresso da Terceira Internacional, em Moscou. Os fundadores do PC brasileiro vinham em sua maioria do anarco-sindicalismo, e levaram no Komintern uma existência marginal e insignificante até que Moscou começou a interessar-se pela América Latina, no final da década de 20. Nessa época, o líder do PCB, Astrojildo Pereira, permaneceu uma boa temporada na capital soviética, foi eleito para o EKKI (o Comitê Executivo do Komintern) e, em dezembro de 1929, participou de uma reunião dos PCs latino-americanos na capital soviética, durante a qual a seção brasileira foi objeto de críticas devastadoras. O partido vivia sobretudo em torno de suas próprias querelas e disputas internas, e era facilmente neutralizado pela repressão policial. Astrojildo e outro intelectual de destaque nos anos 20, Octavio Brandão, estavam para ser afastados da liderança do PCB no final de 1929, quando, de Moscou, o EKKI mandou "parar com a limpeza nos partidos da Argentina e do Brasil" até que recebesse mais informações e pudesse "dar uma posição a respeito".

⁷ Texto de autoria de Osvaldo Coggiola, professor titular do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP).



A trégua durou pouco tempo. Em 13 de janeiro de 1930, uma comissão presidida por Piatnitski (um dos três principais dirigentes do Komintem e chefe do OMS) apresentou ao Secretariado Político do EKKI um projeto de resolução sobre o Brasil de 37 páginas, com cópias em russo, alemão e francês. Era um texto de difícil digestão. Uma semana depois, o EKKI enviava a Buenos Aires - em telegrama cifrado, em alemão - uma versão resumida do documento, com instruções que deveriam ser transmitidas ao PCB. O texto exigia que os comunistas brasileiros, como sempre controlados com rédea curta, fossem "absolutamente independentes" na campanha eleitoral daquele ano, pedindo o fim de toda política de alianças: "Façam exigências genéricas sobre revolução brasileira, sobretudo luta contra imperialismo, confisco e repartição de terras estatais entre camponeses, a base de soviets". Nas propostas de "soviets no campo", havia uma óbvia transposição da recente experiência na China. O PCB também devia propor formar grupos armados entre os operários.

No ano seguinte à fundação do PCB (1923), iniciava-se a saga da Coluna Prestes, que tentou se opor pela via armada ao regime oligárquico vigente, concluindo com a sua dispersão pouco menos de três anos depois de iniciada. O PCB considerou a Coluna como um movimento pequeno-burguês, incapaz de mobilizar revolucionariamente o proletariado ou o povo. Certamente, a Coluna Prestes, com a intenção de suscitar a mobilização popular imprímia, durante a sua passagem por diversos locais, *O Libertador*: para galvanizar o povo os tenentes empreenderam uma guerra revolucionária de propaganda. Pela expectativa que tinham de obter apoio popular é que os tenentes tanto se surpreenderam e desiludiram com o repúdio manifestado pela população nordestina. A explicação encontrada pelos tenentes para a ausência de solidariedade das massas rurais nordestinas está sintetizada nas palavras do secretário da Coluna, Lourenço Moreira Lima: "No interior, o povo é semibárbaro, não tendo noção nítida da Pátria. Ainda está dominado pelo sentimento da escravidão e vive aterrorizado diante do senhor, que se lhe apresenta sob a forma da Justiça, que lhe toma os bens e o mete nas cadeias, e do governo que o escorcha de "direitos", o esbordea e o chacina quando ele ousa esboçar o mais leve gesto de revolta contra as suas prepotências. Semelhante estado moral é que permite o fácil domínio dos chefetes do interior sobre os sertanejos, como se fossem senhores absolutos das suas vidas."

Além da subordinação econômica e política da massa rural às oligarquias, os tenentes responsabilizaram a propaganda governamental pelo insucesso de suas tentativas de mobilização popular. Se a Coluna buscava o apoio popular, antes de mais nada contava com os tenentes revolucionários espalhados pelo Brasil para o seu sucesso. A sua passagem para uma segunda etapa da luta, dependia do sucesso de revoluções palacianas organizadas por eles, não de uma possível adesão maciça das populações sertanejas. A vitória prescindia da participação popular, e se os tenentes efetivamente se propuseram a revolução, não se propuseram a organizar o povo, através de formas concretas de participação no processo revolucionário. Com exceção da busca de elementos para se incorporarem diretamente à guerrilha, os tenentes não tentaram formar grupos de pressão, ou partidos políticos que pudessem apoiar a luta armada. Não viram a necessidade de organismos políticos, mediadores entre o povo que pretendiam representar, e eles mesmos.

Assim, embora empreendendo uma guerra revolucionária, os tenentes mantinham a concepção de que constituíam uma vanguarda que podia e devia substituir o povo brasileiro, incapaz de realizar a revolução. No decorrer da Coluna, por outro lado, os tenentes



continuaram aliados a setores oposicionistas civis, dissidências da própria oligarquia. No Maranhão aliaram-se ao Partido Republicano e no Rio Grande do Sul, e tentaram nova revolução, em 1926, em conjunto com os Libertadores de Assis Brasil, que se manteve desde 1924 como chefe civil da revolução.

A Coluna era simultaneamente uma organização política e militar, e sua estratégia era derivada de seu objetivo político: a propaganda armada da revolução. Com esse objetivo e a forma de luta que desenvolveram para atingi-lo, Prestes e sua Coluna tornaram-se precursores da moderna guerra de guerrilhas. As características básicas dessa forma de luta foram empregadas pela Coluna: grande mobilidade e rapidez de movimentos, renovação constante de quadros, obtenção de armamento e munição do próprio inimigo, fuga dos combates convencionais e ataque através de pequenas investidas envolvendo apenas parcelas diminutas dos contingentes revolucionários, ampla utilização da retirada estratégica, descentralização relativa do comando (os quatro chefes de destacamentos tinham ampla margem de poder de decisão), decisões rápidas e distanciamento das concentrações urbanas.

Dizia, por exemplo, o Tenente Italo Landucci: “Cabia à vanguarda o reconhecimento do terreno e o levantamento topográfico da frente e dos flancos, sendo as suas informações pontos básicos para a direção da marcha. Os croquis que remetia para o QG continham todas as localidades, estradas e rios, com as respectivas distâncias em léguas, compreendidas numa faixa profunda e larga, considerada zona de temporária influência, através da qual a Coluna transitava em perfeita segurança. Tais elementos informativos eram obtidos dos moradores do lugar, interrogados hábil e pacientemente. Abrir caminho era missão da responsabilidade de um destacamento. O grosso ficava a duas ou três léguas da vanguarda e à mesma distância da retaguarda, ocupando a Coluna, de uma extremidade à outra, cerca de quarenta quilômetros. O serviço de vanguarda durava vinte e quatro horas e era rendido pela manhã. O destacamento terminava-o permanecendo acampado até a passagem da retaguarda”.

O PCB editava a revista "Movimento Comunista" e dos jornais "A Classe Operária" e "A Nação", realizou congressos em 1922, 1925, e 1928. Mas só depois de 1922 livros marxistas começaram a entrar no Brasil, vindos do Uruguai e da Argentina. O Partido só conheceu a legalidade, nessa fase inicial, entre 1922 e 1927, passando depois para a ação clandestina.

Em 1927, Astrogildo Pereira fez uma primeira visita e tentativa de aproximação com Luís Carlos Prestes, quando este estava no exílio. Em 1929, Leôncio Basbaum, também do PCB, tentou inutilmente conseguir a adesão de Juarez Távora e Si queira Campos. Prestes quis substituir o programa do partido, baseado na jornada de 8 horas, legalidade do PCB, nacionalização das terras, abolição da dívida externa e direito de greve, por outro, mais moderado, baseado no voto secreto, alfabetização, liberdade de imprensa e melhoria de vida para os operários. De todos esses esforços e contatos resultou a adesão de Prestes ao PCB. Ele se tornaria não só o líder, mas a figura mais legendária do comunismo brasileiro. Em consequência dessa adesão, Prestes não apenas se afastou do "tenentismo" como também se recusou a participar da Revolução de 1930, quando o convidaram para a chefia das operações militares.

Nos finais da década de 1920, o Brasil vivia uma fase de intensa agitação política. Em São Paulo, por exemplo, setores da burguesia e alta classe média criaram, em 1926, o Partido



Democrático, fundamentado num programa de reformas liberais e atuando como um segmento de oposição “bem comportada”. Com o advento do getulismo, a “Revolução Constitucionalista” de 1932 marcaria a oposição dos paulistas, mas foi derrotada. Mas Getúlio também teve que superar a oposição do PCB, que criou a Aliança Nacional Libertadora (ANL) nos começos de 1934, com um programa bastante elástico para incorporar e unificar a pequena burguesia e os trabalhadores sob uma mesma bandeira.

Nesse mesmo ano, em São Paulo, houve a grande luta contra os integralistas, a 7 de outubro, na Praça da Sé. As esquerdas unidas convocaram uma contramanifestação em oposição a uma reunião convocada pelos integralistas na Praça da Sé. Fúlvio Abramo (então fazendo "entrismo" trotskista no PSB) foi o orador da esquerda: pouco pôde dizer, pois explodiu uma batalha campal, inclusive com o uso de armas de fogo. Um estudante comunista morreu, e Mário Pedrosa levou um tiro nas nádegas, mas os integralistas também sofreram perdas e se retiraram, semeando as ruas de São Paulo de camisas-verdes apavorados diante da reação antifascista das organizações operárias.

Getúlio Vargas representou, depois de 1930, o elemento catalisador das forças dispersas e heterogêneas vitoriosas sobre as oligarquias agrárias. Inteligente, perspicaz, oportunista, sem princípios ideológicos, pretendendo conservar-se no poder, sabendo ligar-se àqueles que o pudessem ajudar nos seus planos, nos 7 anos que transcorrem depois da revolução de 1930 faz um jogo de volteios, aproveitando-se das situações e circunstâncias históricas e orientando-se para a consolidação dos grupos e classes no poder; mas na verdade, para se preservar procura enfraquecer os vencedores, acenando com uma esperança para aqueles que no momento se encontravam em segundo plano. Quando os tenentistas ocupavam os Estados, ele aproxima-se, promete e oferece, discretamente, posições às oligarquias citadinas das Frentes Únicas, logo depois recuando diante da reação que estas manobras suscitam. Depois de 1932, quando estas mesmas oligarquias se impõem, simula apoiá-las, quando na verdade continua a ligar-se discretamente aos tenentes e à oligarquia agrária vencida em 1930. Com a bandeira do anticomunismo, consegue a união de todas estas forças, que nele viam personagem essencial para o momento. A disputa eleitoral e a divisão das forças facultaram-lhe, com auxílio das armas legais fornecidas pela própria oligarquia, vagarosamente articular os grupos prejudicados pela situação e tentar o Estado Novo.

Assim, aproveita-se do descontentamento das Forças Armadas, que se viam anarquizadas e lutavam contra a indisciplina tenentista; dos elementos das oligarquias agrárias e citadinas, como o Partido Republicano Paulista, a Frente Única Gaúcha, o Partido Social Nacionalista, que não nutriam ilusões de vitória eleitoral; dos integralistas, que esperavam partilhar do poder e dominar mais facilmente com a Ditadura; e de parte da classe média e burguesia, aterrorizadas ante a constante "ameaça" comunista de greves, de desassossego público e revoluções. Fácil tornou-se esmagar a União Democrática Brasileira, as forças tenentistas e populares de Flores da Cunha, Juraci Magalhães, Carlos de Lima Cavalcanti, etc., pois o movimento operário estava controlado pelos "pelegos" ou esmagado pela reação posterior à revolução da Aliança Nacional Libertadora.

O programa da ANL, organizada pelo PCB em 1934, não era “comunista”. Era um instrumento de ação política da esquerda, liderada pelos comunistas. Através da ANL, o PC aceitou sacrificar “seu” programa, pois não falava em coletivização ou formação de sovietes.



Ficou cautelosamente dentro dos limites de um reformismo burguês, com conotações progressistas. Tratava-se de um programa nacionalista, antifascista e democrático. Prestes, o presidente de honra da ANL, foi claro em dizer que o Brasil se achava maduro para a instalação de um governo popular, mas não diretamente comunista.

O governo de Vargas chegou a saber da conspiração que levou à "Intentona Comunista" de 1935. Leôncio Basbaum chegou a dizer que Vargas sabia de tudo, e até estimulou a conspiração para se valer dos temores da classe dominante e continuar no poder. A pressão dos setores reacionários do getulismo levou Vargas a fechar a ANL em fins de 1934, antes que tivesse ocorrido uma real mobilização do operariado e da pequena burguesia. Como resultado, houve um esvaziamento da ANL e o PCB ficou sozinho, perdendo aquele que fora o seu elo de contato com as massas. Começou a preparar a insurreição armada em nome do povo e da ANL, sob a liderança de Prestes.

A "Intentona Comunista" aconteceu em novembro de 1935 em Natal, Recife e Rio de Janeiro. Foi lançada através da ANL (Aliança Nacional Libertadora) como um putsch militar, a partir de Natal (Rio Grande do Norte). Não passou de um conjunto de rebeliões isoladas, sem maior coordenação e carente de conexões internas, sem participação das massas, as quais, despreparadas, a tudo assistiram estupefatas. A intenção foi implantar um governo de transição: os revoltosos reduziram os acontecimentos revolucionários a quarteladas, tentativas fracassadas de golpe de Estado. O que pode ter sido uma seqüela do "tenentismo" e da sua visão elitista acerca da condução do processo revolucionário. Sintetizando, a "Intentona" foi uma revolta feita por comunistas, com finalidades populares e reformistas e dentro de uma tática insurrecional típica do "tenentismo".

O resultado foi que aquilo que poderia ter sido um movimento de proporções acabou se reduzindo a um levante feito por militares e terminou servindo de pretexto para o fechamento político e para o início de uma era de repressão e violências praticadas pela Polícia, sob a chefia de Felinto Muller. Os dois anos que se seguiram aos eventos de 1935 marcaram a transição para uma ditadura autoritária: temerosos do fantasma comunista, a classe dominante e o alto oficialato preferiram apoiar Getúlio Vargas e este implantou o Estado Novo em 1937.

O fracasso de putsch de 1935, em que o PCB pretendeu organizar um levante nacional com um programa burguês, deu um golpe mortal ao curso ascendente do movimento operário, cujo ponto mais alto tinha sido justamente a batalha antifascista protagonizada pelo operariado paulista na Praça da Sé, quando as colunas operárias transformaram a marcha triunfal do fascismo "camisa-verde" no que a imprensa chamou "a revoadada das galinhas verdes": os pequeno-burgueses mussolinianos de Plínio Salgado abandonaram até as camisas na fuga.

No ano seguinte, os trotskistas, já expulsos do PCB, combateram o "aventureirismo" do PCB, o que não lhes poupou, da mesma maneira que ao resto da esquerda, a repressão consecutiva ao fracasso do levante da ANL: seus dirigentes foram parar na prisão da ilha Maria Zélia (onde morreu o dirigente operário trotskista Manuel Medeiros, em condições atroz) ou no exílio (Mário Pedrosa conseguiu fugir do país, assim como Fúlvio Abramo, que se exilou na Bolívia). Sua batalha política, contudo, teria repercussões na posterior adesão de uma importante fração do PCB (a maioria do Comitê São Paulo, com Hermínio Sacchetta e a



poetisa Pagu, Patrícia Galvão) ao trotskismo, o que garantiria a continuidade do trotskismo sob o Estado Novo, com o Partido Socialista Revolucionário.

Depois da repressão de 1935, os quadros trotskistas remanescentes, buscando articular-se, fundaram, em 1936, no Rio de Janeiro, o Partido Operário Leninista (POL) que, no entanto, não se consolidaria. Ainda assim, em julho desse ano fizeram circular a revista *Sob Nova Bandeira*. Houve uma cisão política, em que alguns militantes (Aristides Lobo, a futura romancista cearense Rachel de Queiroz, Vítor de Azevedo) objetaram o "aventurismo" e o "militarismo". O POL, num documento público, tentou fazer um balanço rigoroso da derrota da ANL de 1935:

“O proletariado, que não chegou a tomar parte no golpe aliancista de novembro, sofreu porém todas as consequências da derrota. O movimento ascendente das massas trabalhadoras que se vinha assinalando desde 1934 (vaga de greves) foi quebrado. A pequena burguesia, que se vinha deixando arrastar à esquerda, recuou, voltando a abrigar-se sob as asas do governo, ou caindo no velho indiferentismo político, quando não correu simplesmente para o seio do integralismo. A derrota, porém, será apenas uma etapa do caminho - e uma etapa progressista - se a vanguarda revolucionária souber tirar todas as lições da mesma.

"Os acontecimentos de novembro deslocaram o debate sobre o caráter de classe da revolução no Brasil do campo abstrato da teoria para o terreno da prática. Nesse fato reside a sua grande importância histórica. Antes do golpe, o debate se travava entre duas concepções opostas: a da IC burocratizada e a dos marxistas revolucionários. Segundo a primeira, o caráter das revoluções nos países semi-coloniais, coloniais, dependentes, se mede por uma escala muito complicada, em que cada um dos seus graus representa uma revolução diferente e separada da outra. O primeiro grau representa a 'revolução agrária e antiimperialista', o último a revolução proletária socialista. De cada vez só se pode andar um degrau. Desde a formação da ANL e das Frentes Populares (1935) o comunismo oficial achou acrescentar ainda um grau na extremidade inferior da escala, a 'revolução popular nacional', cujo caráter de classe é um mistério”.

Com a derrota da ANL, é compreensível que a tentativa de integralistas e liberais para derrubar o governo em maio de 1938 dificilmente obteria êxito. Não propriamente pelo aspecto militar da questão, supondo-se, por exemplo, que Getúlio morresse - mas pela nova estruturação e composição social e política dominantes e naturalmente pela intenção e representação dos elementos que buscavam o poder. A origem desta revolta é o inconformismo dos integralistas ao se verem preteridos por Getúlio, que, uma vez no poder, fechara o seu partido. O general Castro Júnior e os civis Belmiro Valverde e outros ligam-se a liberais da União Democrática Brasileira, como Euclides Figueiredo, Severo Fournier, Otávio Mangabeira, etc. Prepara-se lentamente a revolta até que em 11 de maio, covardemente, a maioria dos integralistas que deveriam participar da revolução, assaltar o Palácio Guanabara, prender autoridades civis e militares, desertaram.

Com a maioria de seus dirigentes presos (inclusive Prestes, desde 1936), o PCB se desarticulou completamente, até que em fins de 1941, grupos isolados no Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia iniciaram a reorganização do partido, no que ficou conhecida como



"Conferência da Mantiqueira", clandestina, conduzida, entre outros, pelo comunista baiano Milton Cayres de Brito.

O (ex) trotskista Mario Pedrosa, retornado do exílio, impulsionaria a fundação do periódico *Vanguarda Socialista* em 1945. O PSR, sob condução de Sachetta, por sua vez, estreitou relações com a Quarta Internacional a partir de 1943 (foi reconhecido como "seção brasileira" pelo II Congresso Mundial da IV Internacional, em 1948). Depois da queda de Vargas, o PSR criticou a posição do grupo de Pedrosa, defendida por Arnaldo Pedrosa d'Horta, no sentido de apoiar a candidatura presidencial de Eduardo Gomes (o PSR defendia uma candidatura de classe ou o voto nulo). Em outubro de 1946, o PSR começou a publicar seu próprio jornal, *Orientação Socialista*, onde Sachetta publicou uma série de artigos ("Prestes e o problema agrário") atacando a raiz da concepção "etapista" do PCB. O PSR tinha por centro São Paulo, onde chegou a controlar o Sindicato de Jornalistas, e também no Sindicato dos Vidreiros, onde seu militante; possuía, ainda, bases no Rio de Janeiro e no Paraná.

Em 1946, o problema político central era a passagem do regime ditatorial de Vargas para uma "democratização" que não provocasse um transbordamento revolucionário para os interesses das classes dominantes. O colaboracionismo classista rondava o projeto de "revolução democrática" defendido pelo PCB. Segundo escrevia o "Cavaleiro da Esperança", "para transformar a possibilidade em uma realidade precisa-se de toda uma série de condições, entre as quais a linha do partido e sua justa aplicação não deixam de ser das menos importantes". E a linha justa passava por compreender que o Brasil padecia de "semifeudalismo". Para o PCB, a burguesia nacional-industrial estava interessada na derrocada dos representantes do semifeudalismo na formação social brasileira. Os grandes proprietários de terra representavam, segundo o partido, uma forma de realização do imperialismo em países como Brasil.

No final dos duros anos de repressão da ditadura varguista, que desorganizaram o movimento social e atingiram frontalmente as organizações de esquerda, o PCB (desde 1943 com a Conferência da Mantiqueira) propôs a "unidade nacional e a luta contra o fascismo" - unidade em torno de Vargas: "Não há, pois, União Nacional, sem a contínua e permanente movimentação da opinião pública e das forças de todo o povo em torno dos problemas nacionais ligados hoje à guerra, da compreensão e solução desses problemas. Evidentemente, essa união há de realizar-se em torno do governo do presidente Vargas".

Com essa lógica, a linha justa que se opõe às deflagrações de greves do proletariado seria a que se afirmaria. O PCB arrolou a tese da pacificação nacional como condição de combate ao fascismo. Na visão dos pecebistas, o êxtase de um país em conciliação nacional devia ser vivido também pelo proletariado, principalmente por ele saber que qualquer esforço social da sua parte contribuía para a derrota do inimigo maior, o fascismo. Prestes chegou a dizer que, vencido o nazi-fascismo, o imperialismo desapareceria e, finalmente, o capital estrangeiro até poderia contribuir para com o desenvolvimento nacional, caso fossem observados os acordos internacionais (principalmente a Carta do Atlântico). Como seria possível? Vencendo o "feudalismo", desenvolvendo uma burguesia nacional, varrendo da cena política a aristocracia feudal. Ditada em momento de soma de esforços materiais e militares contra o fascismo, a anistia dos presos políticos e, conseqüentemente, dos comunistas, no final da ditadura varguista. A "linha justa" conduziu o PCB a fortalecer a luta pela sua legalidade e



por algumas reformas burguesas. Propunham “a inserção na futura lei básica, vale dizer na Constituição, dos direitos fundamentais dos trabalhadores, em especial no âmbito político. E aos trabalhadores cabe fazer cumpri-los, por pressão contínua, com todos os recursos de que dispõem... Por esse caminho, o povo deverá participar, por meio de seus representantes, da promulgação das leis e, por consequência, da condução dos negócios públicos”.

O PCB, nos anos que vão de 1942 à 1945, teve um rápido desenvolvimento. De cem militantes na ativa em 1942 passa a quase três mil em 1942/43, indo para cinquenta mil em 1945 e quase duzentos mil no ano seguinte.

Para um historiador do PCB: "O rápido crescimento mostra a importância do movimento comunista e seu papel como oposição à política ditatorial do Estado Novo. Importa menos o fato da palavra de ordem de 'União Nacional' ser anunciada como política de apoio ao governo, o básico é que o Estado Novo não pode impedir a ação comunista nas manifestações de rua, a favor da formação da FEB, dentro da Liga de Defesa Nacional e da Sociedade dos Amigos da América, entre os estudantes e, mais ainda, a favor do governo enquanto ele estiver contra o Eixo. Além de que, a partir de 1942 ressurgem toda uma linha de publicações e de editoriais, e ao lado das publicações panfletárias ilegais aparecem livros e revistas de caráter permanente e legal. É natural que o processo seja lento, metódico e cauteloso, mas muitas das casas editoriais da época da legalidade do PCB (1945) nascem nestes anos obscuros e difíceis. A evolução política que se processava no governo de Getúlio Vargas facilitava e fortalecia a posição e a ação políticas do PCB. Evolução esta que se processou em função do avanço das forças de oposição, que iam ganhando cada vez mais força, obrigando o governo Vargas a fazer concessões”.

Desde 1943, Vargas compreendia que se tornava necessário encaminhar manobras e soluções, para que se realizasse a redemocratização das instituições políticas brasileiras. Diante dessa situação, Vargas teve de agir com presteza. De fato, ele reagiu de modo politicamente hábil. Colocou-se como o 'juiz' do processo de reconversão política do País. Ao mesmo tempo mobilizou as massas urbanas, os 'trabalhadores do Brasil', na campanha em favor da 'Constituinte com Getúlio'; campanha essa também conhecida como 'movimento queremista'. Para Vargas, tratava-se de realizar a mudança do regime político apoiando-se nas mesmas forças políticas que estavam representadas no Estado Novo, para evitar que o poder político fosse para as mãos das oligarquias remanescentes e os seus aliados liberais e estrangeiros. Estavam em jogo, na redemocratização do Brasil, tanto interesses de grupos conservadores brasileiros como interesses econômicos e políticos estrangeiros, principalmente norte-americanos.

No ano de 1945, o movimento democrático chega ao auge. Em 28 de fevereiro o governo decretou o Ato Adicional nº 9, fixando prazo de noventa dias para a marcação das eleições presidenciais, para os governos dos Estados e para as legislativas. Em 18 de abril é conquistada a anistia que, embora limitada, pois os anistiados não conseguiram ser reincorporados às suas antigas funções civis ou militares, libertou todos os presos políticos e possibilitou a volta dos que se encontravam no exílio; sendo conquistada plena liberdade de organização partidária, inclusive para o PCB.



Seu programa seria definido por Luís Carlos Prestes nos seguintes termos: "Na realização progressiva e pacífica, dentro da ordem e da lei, de um tal programa, está sem dúvida a única saída para a grande crise política, econômica e social .que atravessamos. E é por estarmos convencidos disto que, num gesto de lealdade e de superior patriotismo, estendemos a mão a todos os homens honestos, democratas e progressistas sinceros, seja qual for sua posição social, assim como seus pontos de vista ideológicos ou filosóficos e seus credos religiosos. Só assim avançaremos a verdadeira união nacional, sem a qual seremos presa fácil do fascismo e dos agentes do capital estrangeiro mais reacionário que, na defesa de seus interesses, fomenta a desordem e prega a desunião, geradora do caos e da guerra civil que precisamos a todo transe evitar. Esta a nossa posição política, a linha política de nosso Partido - unificação nacional para iniciar a solução dos graves problemas econômicos e sociais e chegarmos de maneira pacífica, através de eleições livres e honestas, à Assembléia Constituinte e à reconstitucionalização democrática que todos almejamos. Esta a nossa tarefa atual e urgente. Para levá-la a bom termo, de maneira ordeira e pacífica, é que precisamos da união mais firme e leal de todo o nosso povo, dos patriotas, democratas e progressistas de todas as classes. Contra uma unidade tão ampla só poderá ficar a minoria reacionária e fascista que ainda espera conseguir deter a avalanche democrática com golpes de estado e guerra civil. *Todos juntos porém, operários e patrões progressistas, camponeses e fazendeiros democratas, intelectuais e militares*, havemos de vencê-la, dirigir nossa Pátria pelo caminho do progresso e salvar nosso povo do aniquilamento físico, do atraso cultural e da decadência moral que o ameaça (. . .) Estamos convencidos de que dentro de um Parlamento democrático livremente eleito, de que participem os genuínos representantes do povo, será possível e relativamente fácil encontrar a solução progressista de todos os nossos problemas" (grifo nosso).

Em 1945 Prestes e outros dirigentes foram anistiados e o PCB retornou à legalidade, obtendo seu registro eleitoral. Nas eleições presidenciais, realizadas em dezembro, o PCB lançou a candidatura de Iedo Fiúza e obteve cerca de 10% do total de votos, tanto para o candidato apoiado como para a chapa do partido para a Assembléia Nacional Constituinte, elegendo 14 deputados federais, e um senador, o próprio Prestes. Com cerca de duzentos mil filiados em 1947, seu registro foi novamente cancelado em abril desse ano pelo Tribunal Superior Eleitoral, no governo do marechal Eurico Gaspar Dutra, e, no ano seguinte, seus parlamentares foram cassados.

Uma outra iniciativa reuniu os opositores socialistas ao regime do Estado Novo, dando origem, em 1947, ao Partido Socialista Brasileiro. Quando da fundação da UDN, os líderes do partido quiseram manter unidos todos os opositores ao governo de Getúlio Vargas, entre os quais uma parte era composta de simpatizantes do socialismo e outras correntes de esquerda, muitos deles atingidos pela repressão do Estado Novo.

Estes militantes e correntes decidiram se organizar de modo independente. Para isso, foi constituída, em 25 de agosto de 1945, a Esquerda Democrática, como bloco autônomo dentro da UDN, concorrendo na mesma legenda para as eleições de 1945. Seu programa defendia o regime representativo, a liberdade sindical e de organização partidária, a saúde pública, o ensino gratuito, a reforma agrária, a industrialização e o divórcio.



No Rio de Janeiro, a Esquerda Democrática foi formada por lideranças como João Mangabeira, Domingos Velasco e Hermes Lima, os dois últimos eleitos deputados constituintes naquele ano. Em Pernambuco, seus principais líderes eram o sociólogo Gilberto Freyre, autor de *Casa-Grande e Senzala*, Ozório Borba e Mário Apolinário dos Santos; e na Paraíba, Aluísio Campos. Na Bahia, o advogado Nestor Duarte. Em Minas Gerais o principal nome do bloco eram os jornalistas Hélio Pellegrino e Roberto Gusmão, e no Rio Grande do Sul, Bruno de Mendonça Lima.

Em São Paulo, a Esquerda Democrática foi composta por membros da antiga União Democrática Socialista (UDS), como Paulo Emílio Salles Gomes, Antônio Cândido e Azis Simão. Inicialmente, também os comunistas Astrojildo Pereira e Caio Prado Júnior fizeram parte da Esquerda Democrática, mas retornaram ao PCB quando da legalização do partido. Em 1946, a Esquerda Democrática decidiu separar-se da UDN e constituir um partido próprio, e no ano seguinte, transformou-se no Partido Socialista Brasileiro.

Em 1953 e 1954, os socialistas e até mesmo trabalhistas mais identificados com a "esquerda" acreditavam que Jânio Quadros representava uma formidável renovação, indo ao encontro das aspirações populares. A transformação de Jânio e do janiismo no que se reconhece como o pior do "populismo de direita" reacionário, autoritário, repressor, teatral e manipulador - causou nos antigos janistas da "esquerda" um trauma, quando avaliam aquele apoio como o pior erro político dos socialistas e dos verdadeiros trabalhistas. É preciso lembrar, no entanto, o perfil de "trabalhista radical" do jovem Jânio. O sucesso inicial com as esquerdas não deve ser creditado apenas ao êxito publicitário das campanhas da vassoura e do "tostão contra o milhão". A construção do "mito" começou, provavelmente, durante a atuação de Jânio como deputado estadual em 1951 e 1952. Eleito pelo PDC, torna-se logo líder da bancada, com grande influência sobre os trabalhistas, dos diversos partidos, assim como sobre os que se identificavam com a "esquerda democrática" (distante dos udenistas reacionários, mas também dos comunistas). O levantamento de suas intervenções nos Anais da Assembléia Legislativa revela sempre um veemente defensor dos trabalhadores, inclusive para exercerem "o sagrado direito da greve"; em 1952, por exemplo, defende exaustivamente a greve dos ferroviários e dos bancários.

Jânio é sempre o mais freqüente crítico da "plutocracia danosa" e da "volúpia dos ricos", denunciando os "salários humilhantes dos trabalhadores". É igualmente o primeiro a denunciar aumentos extorsivos nas contas de água e de luz e nos transportes públicos, assim como defende o direito dos ambulantes e dos favelados contra remoção pelos poderes públicos. Uma de suas intervenções de cunho mais político refere-se à defesa da sindicalista Elisa Branco Batista, incurso na Lei de Segurança Nacional por ter participado de manifestações. Daí o apoio que recebeu de boa parte da esquerda.

O PCB atravessou na ilegalidade a década de 1950, inclusive sob o novo Governo Vargas. Como o PCB fora posto na ilegalidade em 1947, ele desenvolveu uma política cada vez mais sectária com declarações bombásticas de chamamento à luta armada, a qual estava inteiramente fora do contexto da época. Isso levou o PCB a tomar uma atitude de abstenção nas eleições de 1950, que foram essencialmente uma disputa entre os candidatos Getúlio Vargas, Cristiano Machado e Eduardo Gomes. Getúlio se elegeu e ficou o tempo todo de seu governo sob o ataque incessante do PCB. Quando a crise chegou ao seu auge em agosto de



1954, e Vargas estava sob o fogo cerrado da direita, o PCB não se deu conta de que a conjuntura sofrera uma mudança radical, permanecendo no ataque a Vargas. Somente alguns dias antes do suicídio de Vargas, Prestes conclamou o PCB, pela imprensa, a apoiar Getúlio.

O 4º Congresso do PCB teve lugar a partir de 7 de novembro de 1954, no Rio de Janeiro, novamente na clandestinidade – os mandatos dos parlamentares comunistas e o registro do Partido haviam sido cassados sob o governo do general Eurico Gaspar Dutra. Este Congresso aprovou o primeiro Programa do Partido Comunista do Brasil. Nele denunciava que "os imperialistas norte-americanos penetram em todos os poros da vida econômica, política, social e cultural do país, humilhando nosso povo, minando a independência e a soberania da nação, com o objetivo de reduzir o Brasil à situação de colônia dos EUA".

Com a crise na URSS após a morte de Stalin, houve uma série de crises no próprio PCB. Em 1956, sob o impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), instauram-se divergências internas profundas, que fazem o partido perder um número expressivo de militantes, dirigentes e intelectuais. No Brasil, denunciou-se o culto à personalidade de Prestes, à falta de democracia interna, à política posta em prática, sobretudo depois de 1948. Diante do debate, a direção fez uma autocrítica, reconhecendo os erros cometidos e as deformações do passado. Mas, na medida em que os debates se intensificavam e as divergências se aguçavam, a direção, tendo Prestes à frente, interveio no sentido de "restabelecer a ordem", assegurar a "unidade partidária" e manter o debate sob controle. Alguns dos principais membros do Comitê Central foram afastados da direção, como Diógenes Arruda, João Amazonas, Orlando Pioto e Maurício Grabois que iniciaram um movimento junto às bases do partido, denunciando a nova direção de ter desviado para o "revisionismo" e ter abandonado a luta revolucionária e a ideologia marxista-leninista.

Em meio à crise, o grupo de dirigentes e militantes que haviam iniciado o debate e que propugnavam por uma renovação drástica, tendo à frente Agildo Barata, foi colocado para fora do PCB. No outro extremo, um grupo se recusava a fazer autocrítica e resistia às mudanças reivindicadas (João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e outros) foi isolado. E, no centro, uma maioria pragmática que absorve concepções do primeiro, mesclando e conservando algumas antigas, implementou as mudanças "renovadoras". As mudanças seriam consubstanciadas no documento denominado Declaração de Março de 1958 e consolidadas na Resolução do V Congresso em 1960.

Ao grupo original opositor liderado por Grabois, uniram-se posteriormente os militantes Pedro Pomar e Angélio Arroyo (também egressos do PCB), o que levou à "refundação" do partido em 18 de fevereiro de 1962, em São Paulo, restaurando a denominação de Partido Comunista do Brasil, e adotando a sigla PCdoB. Foi também reestabelecido o programa do 4º congresso (1954) e reativado o jornal *A Classe Operária* (que havia sido suprimido pelo PCB). Seus principais redutos de atuação eram então os estados de São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.⁸

⁸ Em texto do atual PC do B, afirma-se: "Em 18 de fevereiro de 1962, sob a direção de João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Lincoln Oest, Carlos Danielli e Elza Monnerat, dentre outros, realizou-se a Conferência Extraordinária que reorganizou o Partido Comunista do Brasil. O rompimento com os seguidores do rumo que levou a URSS de volta ao capitalismo é um acontecimento de importância histórica. O jornal A



O PCB, por sua vez, considerando que o governo de JK apresentava a perspectiva de um desenvolvimento progressista do país, resolveu apoiá-lo condicionalmente. De acordo com a análise da direção do PCB, atuavam no governo de JK duas alas: uma nacionalista, outra entreguista. A ala nacionalista tinha o general Lott como seu representante, ao passo que o representante da entreguista era o ministro Lucas Lopes.

Se entre 1945/1956 o produto nacional bruto (PNB) cresceu 5,2% e a renda per capita 2,5% por ano, já no período 1957/1961 o PNB atingiu a cifra de 7% ao ano e a renda per capita, por sua vez, 3,8%. Já o crescimento da produção industrial (1955/1961) chegou a 80% (em preços constantes), com as porcentagens mais altas registradas pelas indústrias de aço (100%), indústrias mecânicas (125%), indústrias elétricas e de comunicações (380%) e indústrias de equipamentos de transportes (600%). Para a década de 1950 o crescimento per capita real do Brasil foi cerca de três vezes maior que o restante da América Latina.

Depois de pouco mais de dois anos após a realização da autocrítica e da elaboração de uma nova política, o PCB realizaria seu V Congresso. Nele seriam reafirmadas e desenvolvidas as concepções da “Declaração de Março” de 1958. No mês de abril de 1960, a direção da PCB lançou as Teses para Discussão. Durante quatro meses de intenso debate, elas foram discutidas de cima a baixo pelos comunistas. Na “Tribuna de Debates”, do semanário *Novos Rumos*, foram travadas acaloradas polêmicas e uma grande luta político-ideológica. Finalmente, em setembro de 1960, realizava-se o V Congresso do PCB, no qual foram confirmadas, embora não aprofundadas, as linhas gerais da Declaração de Março de 1958, devido a resistências que acabaram levando à conciliação.

Na Resolução Política, aprovada pelo V Congresso do PCB, a etapa da revolução no Brasil é caracterizada como “antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática”: “A sociedade brasileira encerra duas contradições fundamentais que exigem solução radical na atual etapa histórica de seu desenvolvimento. A primeira é a contradição entre a Nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos. A segunda é a contradição entre as forças produtivas em crescimento e o monopólio da terra, que se expressa, essencialmente, como contradição entre os latifundiários e as massas camponesas. A contradição antagônica entre o proletariado e a burguesia, inerente ao capitalismo, é também uma contradição fundamental da sociedade brasileira. Mas esta contradição não exige solução radical e completa na atual etapa da revolução, uma vez que, na presente situação do País, não há condições para transformações socialistas imediatas. Em sua atual etapa, a revolução brasileira é antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. São suas tarefas essenciais: - A completa libertação econômica e política da dependência em relação ao imperialismo, o que exige medidas radicais para eliminar a exploração dos monopólios estrangeiros que operam no país, principalmente os norte-americanos. - A transformação radical da estrutura agrária, com a eliminação do monopólio da propriedade da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e,

Classe Operária, retomando as tradições comunistas, afirmou em editorial de agosto de 1962: “As forças revolucionárias, ao mesmo tempo em que lutam por um governo popular revolucionário, têm o dever de organizar a luta do povo, as ações de massas contra a carestia de vida, pela reforma agrária radical, pela solução dos problemas de abastecimento, pelas liberdades”. Em julho de 1963 publicou o documento *Resposta a Khrushchev*, onde desmascara o caminho de traição ao socialismo adotado pelos novos governantes soviéticos e seus seguidores e faz fundamentada defesa da reorganização do Partido Comunista do Brasil, que passou a ser conhecido pela sigla PCdoB”.



conseqüentemente, dos latifundiários como classe. -. O desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, mediante a industrialização do País e a superação do atraso de nossa agricultura. - A elevação efetiva do nível de vida material e cultural dos operários, dos camponeses e de todo o povo. - A garantia real das liberdades democráticas e a conquista de novos direitos democráticos para as massas.

“A realização dessas tarefas implica em transformações revolucionárias na sociedade brasileira. Exige uma profunda mudança na correlação de forças políticas e a passagem do poder estatal às mãos das forças antiimperialistas e antifeudais - a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia ligada aos interesses nacionais - entre as quais o proletariado, como a força revolucionária mais conseqüente, deverá ter o papel dirigente”.

Isto, segundo a *Resolução*, significava que a luta pelo socialismo não poderia ser, ainda, direta e imediata nas condições históricas do Brasil. E significava, também, que as tarefas nacionais e democráticas levariam no sentido do socialismo, o qual, por sua vez, realizaria a completa emancipação nacional, a completa libertação social e criaria as mais amplas condições para a realização plena da democracia e do desenvolvimento das forças produtivas.

Ainda de acordo com a *Resolução*, a realização das tarefas da atual etapa da revolução brasileira teria que passar, necessariamente, pela organização de uma frente única nacionalista e democrática: "A fim de derrotar o inimigo comum, é necessária a frente única das várias forças interessadas na emancipação e no progresso do Brasil. A aliança dessas forças resulta de exigências da própria situação objetiva. Como o imperialismo norte-americano e seus agentes internos constituem o inimigo principal, a frente única é muito ampla do ponto de vista de sua composição de classe. Pelo conteúdo das modificações que se propõe introduzir na sociedade brasileira e pela natureza das forças que a integram, é uma frente nacionalista e democrática. Na fase atual do processo de sua formação, a frente única não se apresenta sob a forma de uma organização que abranja todas as forças antiimperialistas e democráticas, nem se propõe ainda a realização completa dos objetivos revolucionários. Desenvolve-se a luta por objetivos nacionais e democráticos de caráter parcial. Manifesta-se em múltiplas formas concretas de unidade de ação”.

Em setembro de 1960 o PCB decide instituir uma campanha para a conquista da legalidade, o que o faz, inclusive, adequar-se juridicamente, alterando sua denominação de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro, mas mantendo a sigla PCB. Decidiu pelo abandono do programa e pela aprovação imediata de outro. Posteriormente, o nome Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCdoB, foi restaurado pelo grupo que ao discordar fora expulso do partido. Reorganizaram-se, e em fevereiro de 1962, a organização política ficou alinhada ao Partido Comunista Chinês e, posteriormente com a linha ideológica do regime da Albânia e de seu líder Enver Hoxha.

Quanto aos trotskistas, por volta de 1953/1954, havendo a IV Internacional praticamente desaparecido no Brasil, o BLA (Bureau Latino Americano) mandou militantes para tratar de reorganizá-la, o que foi feito com José Maria Crispim, que promovera uma dissidência no PCB, do qual fora expulso, em 1951-52. Foi organizado o POR: no início de 1956, foram presos no Rio de Janeiro, Leôncio Martins Rodrigues, José Barroso e outros militantes.



Outros militantes, como Edmundo Moniz, Sacchetta, Alberto Luiz da Rocha Barros, criaram a Liga Socialista Independente. Os jovens organizaram a Juventude Socialista, no Rio de Janeiro e na Bahia. Nas reuniões estavam Almino Afonso, Paul Singer. A revista *Novos Tempos*, editada por Oswaldo Peralva e o grupo do Agildo Barata, dissidentes do PCB, no Rio de Janeiro, abriu suas páginas para esses jovens.

O POR teve influência nas lutas metalúrgicas e São Paulo e participou da organização dos sindicatos agrários do Noreste, onde um de seus militantes, "Jeremias" (codinome de Paulo Roberto) foi assassinado pelos jagunços dos latifundiários em 1963, quando organizava os trabalhadores agrários de També (no estado de Pernambuco). Já sob a ditadura militar, o POR sofreria o assassinato do metalúrgico Olavo Hansen, em 1970. Em janeiro de 1961, no Congresso de Jundiá, reuniram-se os militantes da Juventude Socialista, Mocidade Trabalhista, juventude do PTB (Teotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini) de Minas Gerais, da Liga Socialista Independente e do POR. Foi nesse Congresso que se criou a Polop, Política Operária, mas o POR decidiu não integrar essa organização, assim como Sacchetta e mais uns dois ou três militantes da Liga Socialista Independente, que foi dissolvida. Os irmãos Sader (Emir e Eder) e Michael Lowy eram muito jovens e haviam entrado na LSI muito tempo depois de sua fundação. Com o golpe militar de 1964 e a repressão militar, o POR foi perdendo expressão. Durante a ditadura foi mais notável a atuação do POC (Partido Operário Comunista). O POC surgiu em 1968, a partir do que restou de uma cisão da Polop, resto que se fundiu com uma dissidência do PCB, no Rio Grande do Sul. As outras organizações que emergiram do racha da Polop foram a VPR, Var-Palmares e Colina. Outros militantes entraram na ANL, de Marighella. Estas organizações também sofreriam desagregação durante a ditadura militar.

Durante mais de três décadas o trotskismo brasileiro envidou esforços para a construção de organizações revolucionárias, inclusive durante períodos políticos muito difíceis e repressivos. Os resultados obtidos atingiram alguma importância, mas sempre efêmera e, como corrente política, o trotskismo brasileiro se caracterizou pela descontinuidade, além das já conhecidas divisões, as mais das vezes refletindo debates internacionais (que provocavam divisões e cisões também nessa escala). O trotskismo, por outro lado, foi uma referência mais que notável para a intelectualidade revolucionária, a ponto de vários dos mais destacados intelectuais de esquerda dessas quatro décadas (de 1930 até 1960), como Mário Pedrosa, Hermínio Sacchetta, Pagú, Lívio Xavier, Rodolfo Coutinho, Florestan Fernandes, Moniz Bandeira, Edmundo Moniz e outros (inclusive Paulo Francis, que marcaria o jornalismo brasileiro nas quatro décadas finais do século XX, lembrou insistentemente seu passado de militante - ou, talvez, apenas simpatizante - trotskista), terem no trotskismo e na IV Internacional um quadro fundamental das suas experiências e elaborações teórico - políticas. Mas estas mal e mal conseguiram se estabelecer como uma "tradição teórica", provavelmente devido à própria descontinuidade político-organizativa do quadro partidário que lhe servia de referência estratégica. Essa tradição com certeza inclui boa parte do que de melhor produziu o pensamento marxista brasileiro.

Na década de 1950, se formou o movimento de Ligas Camponesas, sob a orientação de Francisco Julião. Na década de 1940, o PCB tentou a organização do campesinato, sobretudo no Nordeste. Sobre essa primeira tentativa de fundação de Ligas, alegam os comunistas que não deu certo porque o governo Dutra colocou o Exército em função de sua dissolução. O



argumento é fraco e parece-nos que apenas serve para confirmar a hipótese de que tal tentativa de organização não tinha bases sólidas e teria, necessariamente, de frustrar-se no nascedouro. Sobre o assunto não há, ao que se saiba, dados a partir dos quais se possa analisar a experiência. O movimento camponês propriamente dito surgiu em meados da década de 50, com a fundação da primeira Liga Camponesa, no Engenho da Galiléia, no Estado de Pernambuco.

Essa Liga, fundada pela própria iniciativa dos camponeses, tinha inicialmente um caráter de associação beneficente. Julião surgiu como o advogado e o deputado que daria cobertura jurídica e legislativa às pretensões dos camponeses. E quem era Julião? Um político, socialista honesto e sensível diante do problema camponês. Apresentou o projeto de entrega do Engenho Galiléia aos camponeses, e, sendo este aprovado, tornou-se um líder do campesinato nordestino, que passou a identificar, na figura tornada mística do deputado, o seu protetor. Com isso, Julião conseguiu juntar ao seu redor estudantes e intelectuais, que se entusiasmaram pela agitação no meio camponês.

O Primeiro Congresso Nacional de Camponeses, organizado praticamente pelo PCB, realizado em novembro de 1961, em Belo Horizonte, foi uma tentativa de unificação do movimento camponês, contando com a participação das Ligas. Esse trabalho, que serviu para assustar bastante as classes dominantes e para a radicalização de setores da intelectualidade pequeno-burguesa, não teve continuidade, uma vez que o Congresso da Aliança Operário-Estudantil-Camponesa não se efetivou, devido ao reformismo do PCB, que preferiu concentrar esforços na Frente de Libertação Nacional e no Congresso de Libertação Nacional

As organizações camponesas "cristãs" e "democráticas", dirigidas por padres católicos, o trabalho dessas organizações se intensificou, sobretudo no Nordeste. Seus objetivos eram os de "salvar o campesinato da influência subversiva das Ligas Camponesas", na medida em que estas se radicalizaram e passaram a levantar a bandeira da Reforma Agrária. Com a aprovação da lei de sindicalização rural, as associações "democráticas", tenderão à proliferação por todo o Brasil e encontrarão facilidade, devido aos métodos assistencialistas que empregam. Apenas para exemplificar a tendência à proliferação dessas Associações, até o início do ano de 1962 havia no Brasil apenas cinco sindicatos rurais. Com a aprovação da lei de sindicalização rural, foram imediatamente legalizados aproximadamente 25 sindicatos, sendo 80% deles controlados pelos padres. Segundo o Ministro do Trabalho, em declaração divulgada pela imprensa, esse número já teria subido para 78, desconhecendo-se a orientação política dos novos. Torna-se, pois, absolutamente necessário que as esquerdas revolucionárias se empenhem também no trabalho da formação de sindicatos de trabalhadores rurais.

O fim do ano de 1962 marcou uma crise aguda no movimento camponês. Os germes da crise estavam na própria maneira pela qual os dirigentes das Ligas Camponesas concebiam a sua organização, tanto em nível regional como nacional. Devido à ausência de uma organização marxista-leninista que comandasse o trabalho de organização do campesinato, tal tarefa coube a Francisco Julião e seu grupo. Estes, em suas peregrinações pelo Centro e pelo Sul do país, levaram suas experiências e suas técnicas de atuação, que logo eram assimiladas por grupos de estudantes e intelectuais, profissionais liberais e antigos militantes do PCB, desgostos com ele. A justeza da causa, ajuntada com a mística do movimento e de seus líderes, entusiasmaram-nos, levando-os para o campo, em busca de arregimentação dos



camponeses em associações. Com a fundação da primeira Liga Camponesa já se podia constituir um Conselho na cidade e manter contatos com o grupo de Julião. Assim, surgiram os movimentos de Ligas em São Paulo, Minas, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás, etc.

Depois de já existir um Conselho em vários Estados, pensou-se em formar um Conselho Nacional de Ligas Camponesas. Este Conselho seria composto de todos os presidentes dos Conselhos estaduais. Praticamente foram realizadas duas reuniões nacionais, quando se discutiu a fundação oficial de Ligas em alguns Estados, visando promover o movimento e seus líderes,. quando foi elaborado um documento sobre a Revolução Agrária e se tentou fazer uma distribuição de tarefas nacionais. Contudo, não se pensou então em traçar as diretrizes políticas para o movimento camponês, não se cogitou da elaboração de um regimento interno, em plano nacional, das Ligas, não existiu um programa de lutas a ser empreendido pelas Ligas. As experiências regionais eram trocadas, cada qual procurando, à custa de mentiras, superestimar as suas experiências. Até mesmo a convocação para a reunião desse Conselho, ficava entregue a uma ou duas pessoas, que faziam quando julgavam conveniente. Meses e meses se passaram sem que o Conselho Nacional se reunisse a fim de conhecer e de apreciar os problemas que surgiam nos Estados. Os movimentos estaduais eram encaminhados na base da improvisação.

O PSB (Partido Socialista Brasileiro), com forte influência nas Ligas Camponesas, aprovou em seu Congresso Nacional: “Dentro da realidade atual, reivindicações prioritárias reclamam também a imediata mobilização de todos os militantes de esquerda, tais como:

- a) Reforma da Constituição da República, para eliminar-se a indenização prévia em dinheiro, como condição das desapropriações.
- b) Redução dos prazos de usucapião e sua eficaz aplicação em favor do agricultor ocupante.
- c) Levantamento do cadastro rural por comissões locais de camponeses, diretamente ou sob sua fiscalização, para que os pequenos proprietários fiquem aparelhados a defender-se da grilagem e obter crédito agrícola.
- d) Garantia efetiva de preços mínimos para a comercialização dos produtos agrícolas, mediante um sistema de aquisição e armazenagem que elimine a exploração dos intermediários, açambarcadores, únicos que, em razão da mecânica administrativa vigente, se beneficiam dos referidos preços.
- e) Adaptação ao meio rural, da legislação trabalhista e da legislação social.

Finalmente, o PSB recomenda todo o apoio às conclusões aprovadas pelo 1.º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, realizado de 15 a 17 de novembro de 1961, em Belo Horizonte, bem como às sugestões da tese do companheiro Paulo Singer, intitulada - "Questão Agrária no Brasil", que deve ser amplamente divulgada”. (*Folha Socialista*, dezembro de 1961)

Com a intensificação da agitação golpista, que levaria ao golpe militar de abril de 1964, a principal força da esquerda, o PCB, demonstrou o limitado caráter de sua independência política em relação aos governos da época, em especial o de João Goulart.



Exemplifica-o uma resolução adotada menos de seis meses antes do golpe militar: “Existem todas as condições favoráveis a novos êxitos das forças antiimperialistas e democráticas. A unidade de ação dos trabalhadores, camponeses, estudantes, militares patriotas, de todo o povo brasileiro, é o fator decisivo para o esmagamento da conspiração reacionária, a derrota da política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio e a conquista de um governo nacionalista e democrático, que realize as medidas reclamadas pelos interesses da Nação. Rio, outubro de 1963. (*Novos Rumos*, 11 de outubro de 1963)

E, dois meses depois, na resolução *Os comunistas e a recomposição do governo* (13.12.1963) lia-se: “A anunciada reformulação do Ministério, do qual viria a participar, na pasta da Fazenda, o sr. Leonel Brizola, coloca com destaque na ordem do dia, para todas as correntes patrióticas e democráticas, o problema da composição e da política do governo. Os fatos se encarregam de provar, da maneira mais eloqüente, que a política até agora seguida pelo sr. João Goulart, conciliando com as forças do imperialismo e do latifúndio, não atende aos Interesses de nosso povo, cujos problemas fundamentais não são resolvidos e se agravam. No domínio imperialista e no monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários é que se encontram as raízes de nossos males. Somente atacando essas causas profundas encontraremos soluções eficazes para os problemas nacionais. Mas o que vem acontecendo é que o governo, constituído à base de compromissos com as forças reacionárias, leva à prática uma política de conciliação com essas forças, deixando, por isso mesmo, de atacar as causas dos males que afligem a Nação.

“Como esperar reformas de base, soluções para os problemas do povo, de um governo que é produto da aliança com a cúpula retrógrada do PSD? Todos vimos o que ocorreu durante a votação, na Câmara, da emenda constitucional petebista que abolia a exigência de pagamento prévio em dinheiro nas desapropriações de terra. Embora aliado no PTB no governo, o PSD se uniu à UDN na defesa dos latifundiários. E até hoje prosseguem as já ridículas marchas e contramarchas dos entendimentos em torno de outro projeto de emenda que o PSD formula e reformula, sempre empenhado em manter o latifúndio intocável. E é bastante significativo, sem dúvida, o recente pronunciamento do sr. Juscelino Kubitschek – candidato pessedista à presidência da República já em plena campanha eleitoral - contrário à reforma agrária, procurando reduzir o problema a uma simples distribuição das terras do Estado.

“Em documento divulgado no mês de outubro, analisando a crise do estado de sítio, os comunistas se manifestaram sobre a necessidade premente de ser adotada uma nova política, que aplique medidas imediatas e concretas para enfrentar os problemas mais agudos do momento e que se encaminhe no sentido das reformas de base. Trata-se de medidas, da competência direta do poder executivo, contra a espoliação imperialista, pela solução das dificuldades existentes no setor do comércio exterior e do câmbio, contra o latifúndio, para melhorar o abastecimento de gêneros alimentícios à população e elevar o nível de vida das massas rurais, contra a carestia e pela salvaguarda dos interesses das massas consumidoras, em defesa das liberdades e pela consolidação e ampliação da democracia. Dissemos ainda, nesse documento, que se impunha uma recomposição do sistema de forças que constitui o atual governo, com a substituição dos setores distanciados das aspirações do povo por representantes das correntes políticas e sociais que estejam dispostas, no Parlamento e nas ruas, a dar apoio a essa nova política.



“Se o sr. João Goulart efetivamente empreender uma reformulação do Ministério que implique, não em simples troca de homens, mas no rompimento dos compromissos com as forças reacionárias e na constituição de outro sistema de forças, nacionalista e democrático, sua posição contará, sem dúvida, com o apoio das correntes progressistas e patrióticas. Este caminho, adotada uma política que dê solução às questões imediatas e se encaminhe no sentido das reformas de base, possibilitará enfrentar e derrotar a resistência da reação, inclusive dentro do Parlamento, e esmagar a conspiração entreguista. A justa solução do problema da composição e da política do governo dependerá, fundamentalmente, da unidade e coordenação das correntes populares, da ativa e vigilante participação das massas no processo político. O momento exige que essa participação seja intensificada, por todas as formas, de maneira a que a vontade do povo possa prevalecer sobre as resistências dos reacionários e as manobras dos conciliadores. Por outro lado, um novo governo que venha a ser conquistado, sejam quais forem os patriotas que dele participarem, só alcançará êxito na solução dos problemas nacionais, na aplicação de medidas contra a reação e o entreguismo, contra o imperialismo e o latifúndio, se sua política refletir realmente as aspirações dos trabalhadores e do povo e se sua ação apoiar-se na organização e na combatividade das massas. (*Novos Rumos*, 13 a 19-12-1963)

O regime militar instituído em abril de 1964 impôs ao PCB mais um longo período de clandestinidade. A repressão que se seguiu ao golpe, afetando o conjunto das forças democráticas, atingiu fortemente o PCB. A recusa às várias formas de intervenção armada propostas por diversos grupos de esquerda custou ao PCB a perda de importantes dirigentes, entre eles, Carlos Marighella, Mário Alves, Jacob Gorender, Jover Telles e Apolônio de Carvalho.

Dois anos após o golpe militar de 1964, o socialista Mário Pedrosa publicou dois livros (*A Opção Brasileira* e *A Opção Imperialista*) onde fez um estudo e análise daquele regime. Estes se concentram em explicar a situação brasileira contemporânea a partir do capitalismo internacional imperialista e, principalmente pelo papel da economia ianque. Analisa o caráter da burguesia brasileira e do capitalismo nacional em sua articulação com o capitalismo internacional para que se entendesse a vida política nacional durante a ditadura militar. Mário Pedrosa refutava a hipótese, dominante em amplos setores da esquerda, de que seria possível uma revolução burguesa no Brasil. No Brasil, afirmava Pedrosa, toda modernização se fez através do Estado. Contrapunham-se assim as teses de Celso Furtado e do PCB, negando que a modernização do país seria possível pelas instituições burguesas democráticas, sendo o golpe de 64 expressão disso.

Seria assim impossível a existência de uma burguesia industrial progressista em favor das instituições democráticas e, ao mesmo tempo, do desenvolvimento social. O setor agrário, vinculado ao capital externo devido às necessidades de exportação, era exatamente aquele que promovia a incipiente industrialização do país e, portanto, jamais se colocaria por uma política econômica que não fosse submissa aos interesses do capital internacional. Segundo Pedrosa as articulações da burguesia nacional com o capitalismo internacional foram fundamentais na deflagração do golpe militar de 1º de abril de 1964.

Uma nova etapa política, dura e difícil, para o pensamento e a ação política de esquerda, se iniciava com a ditadura militar, cuja vigência se estenderia por mais de duas décadas. A



experiência política e o acúmulo teórico acumulados durante as quatro décadas precedentes seriam decisivos, embora nem sempre levados em conta.

História do socialismo no Brasil a partir da década de 60⁹

Durante o século XX, o movimento socialista também esteve presente na política nacional, representando praticamente todas as mais expressivas correntes ideológicas internacionais. Os partidos ou organizações aqui existentes refletiam os movimentos de idéias nas organizações socialistas internacionais, como a II Internacional, conhecida como a social-democracia internacional, a III Internacional, que congregava os partidos comunistas, defensores do sistema soviético ou suas rupturas ou variantes críticas, como as correntes trotskistas, maoístas etc.

O Partido Comunista Brasileiro

Na década de 60 a maior organização da esquerda brasileira era o PCB (até 1961, denominou-se Partido Comunista do Brasil; após 1961 muda o nome para Partido Comunista Brasileiro). O PCB era alinhado ao PCUS da URSS e compartilhava da concepção stalinista de revolução por etapas nos países onde o capitalismo ainda não estava plenamente desenvolvido.

De acordo com essa visão, o Brasil ainda não tinha as forças produtivas desenvolvidas o suficiente para implementar o socialismo, pois não havia concluído a etapa da revolução democrático-burguesa, sendo ainda um país semifeudal e dependente da burguesia imperialista. Era necessário, portanto, num primeiro momento, fazer uma aliança com os setores da burguesia nacional considerados progressistas, para acelerar o progresso econômico, tornar o país independente do imperialismo e eliminar o latifúndio conservador. Isso levava a uma política de maior valorização das instituições da democracia parlamentar, de privilégio da luta eleitoral por meios pacíficos, deixando de lado temporariamente a via da luta revolucionária direta, ou seja, para o PCB, tratava-se de acumular forças dentro do capitalismo.

“A favor do progresso estavam todas as forças nacionais, e mesmo entre as elites era possível localizá-las: a burguesia nacional, setores de latifundiários e mesmo grupos da burguesia internacional que tivessem contradições com os monopólios norte-americanos. Era necessário uni-los com a classe operária, os camponeses e a pequena burguesia urbana numa ampla Frente Única contra as forças do atraso: o imperialismo norte-americano e as relações semi-feudais na agricultura.”¹⁰

⁹ Texto de autoria de Robério Paulino, doutor em História Econômica pela USP, economista e professor.

¹⁰ REIS Fº, Daniel A. **A Revolução faltou ao encontro**. SP: Brasiliense, 1990, pág. 24.



Esta postura não negava a continuidade da contradição entre a burguesia e o proletariado, porém esta questão seria resolvida apenas no futuro, num segundo momento e para isso era necessário cumprir a primeira etapa, a do desenvolvimento capitalista que se daria através de um governo nacional e democrático, legitimamente eleito como expressão da mobilização popular.

Esta posição do PCB ganhou força com a posse de João Goulart, à presidência da república, no início da década de 1960. A ascensão dos movimentos sociais e da luta pelas *Reformas de Base*, que marcaram o governo de Jango, parecia corresponder à política do PCB e a fortalecia.

Entretanto, após o impacto da revelação dos crimes de Stalin feita por Krushev na URSS em 1956, as demais correntes marxistas que faziam oposição ao PCB também ganhavam força e disputavam espaço dentro da classe trabalhadora participando da luta pelas *Reformas de Base*.

Contudo, com o golpe militar reacionário de 1964, uma grande repressão se abate sobre o partido, o que vai levar ao esfacelamento do PCB, que de maior partido da classe trabalhadora no Brasil vai se transformar em um partido cada vez menor, chegando inclusive a ficar inativo por alguns anos. A partir daí, inúmeras rupturas do PCB darão origem a dezenas de novas organizações, grande parte tendo se orientado para a luta armada.

A Aliança Nacional Libertadora

Com o golpe militar de 1964, os conflitos internos no PCB ganharam força. Os setores divergentes consideraram passiva a postura do PCB em relação ao golpe, pois este manteve a política de unidade com a burguesia considerada progressista – que foi passiva ou apoiou o golpe - e de soluções pacíficas e, na medida do possível, institucionais.

O impacto da Revolução Cubana de 1959, dirigida por Fidel Castro, fazia crescer o movimento armado de esquerda em toda a América Latina. Depois da revolução comunista na China, em 1949, com participação essencial dos camponeses, o maoísmo também assumia um papel importante. O campesinato passou a ser visto por vários setores da esquerda como o verdadeiro agente histórico da revolução.

Muitos militantes rompiam com o PCB e formavam pequenos agrupamentos que se baseavam na necessidade de derrubar a ditadura por meio da luta armada; diversos deles se inspiravam na teoria do foquismo cubano. De acordo com a teoria foquista, uma revolução de caráter socialista seria possível na América Latina, pois acontecendo em toda região ela teria condições materiais para se manter. As condições subjetivas para essa revolução, ou seja, a mobilização popular se daria a partir dos focos guerrilheiros que através do exemplo se alastrariam e estimulariam o povo a lutar.

No Brasil se organizaram outros coletivos semelhantes, mas a principal organização guerrilheira foi a ALN (Ação Libertadora Nacional), dirigida por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira. Era a organização que mantinha mais relações com Cuba e de



maior poder armado, sendo um referencial para as demais organizações que muitas vezes recorriam ao seu auxílio.

Marighella, que era dirigente do PCB em São Paulo, viajou em 1967 para Cuba sem autorização do partido para participar da Conferência da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS) e após retornar ao Brasil foi expulso do partido.

A ANL conservou, no entanto, a concepção etapista do PCB. Se para o PCB o proletariado deveria apoiar a burguesia nacional na etapa democrático-burguesa da revolução, ou seja, a do desenvolvimento capitalista, para a ALN a burguesia é que tinha um caráter auxiliar nessa etapa, que seria hegemônica pela classe trabalhadora urbana e o campesinato.

A ALN chegou a contar com um grupo que organizava ações de massa, mas este acabou desaparecendo, pois a prioridade para a organização era a luta armada. A ALN defendia a Frente Única entre os diversos grupos armados da esquerda, embora considerasse legítimo que houvessem diversos grupos. Devido às divergências e à impossibilidade de uma fusão, era necessário que os diversos grupos armados atuassem em conjunto, prestassem apoio uns aos outros e fizessem ações em conjunto. A ALN prestou apoio e ajudou a organizar diversas ações de outros grupos menores, o exemplo mais conhecido e mais importante é o do seqüestro do embaixador americano em 1969.

À guerrilha urbana cabia o papel de levantar recursos, através das expropriações bancárias, por exemplo, para manter a guerrilha rural. Esta, no entanto, que era a prioridade, só aconteceria numa segunda fase, depois que a guerrilha urbana tivesse cumprido o seu papel, só assim seria possível chegar à etapa final: a do exército revolucionário de libertação nacional. Embora tenha sido a organização guerrilheira de maior peso, a ALN nunca conseguiu chegar a desenvolver guerrilha rural.

O Partido Comunista do Brasil e suas dissidências

A única organização de esquerda brasileira que chegou a implementar uma guerrilha rural foi o PC do B (Partido Comunista do Brasil).

As denúncias de Krushev contra Stalin, em 1956, causaram enorme impacto na militância do PCB, que passava a questionar os modelos internacionais, a experiência soviética e a própria direção do Partido. Os dirigentes do partido, por sua vez, tentavam justificar o stalinismo com argumentos que já não convenciam mais. Foi então que Luis Carlos Prestes, então o máximo dirigente do grupo, introduziu mudanças na Comissão Executiva do partido, afastando os membros de posição assumidamente stalinista. A partir de então esse setor passou a ser marginalizado dentro do partido.

Contudo, é em 1961 que o conflito chega ao auge e acontece a ruptura do setor que continuava defendendo a visão stalinista. Nesse ano, o partido encaminhou ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) os novos estatutos e regimento do partido com o fim de obter a sua legalização. O nome do partido foi alterado de Partido Comunista *do Brasil* para Partido Comunista *Brasileiro*, mantendo-se a sigla PCB, pois um dos motivos da cassação foi que se



alegava que o PCB, pelo que sugeria o nome, não era um partido brasileiro e sim uma seção soviética no Brasil.

O setor aferrado à ortodoxia stalinista revoltou-se, pois isto significava, segundo seu ponto de vista, o abandono dos princípios do partido fundado em 1922. Prestes e a direção majoritária do PCB haviam, portanto, segundo aquele setor, renegado o partido.

“Articulado por Amazonas, Grabois e Pomar, um protesto subscrito por uma centena de militantes encampou a argumentação e declarou a defesa do verdadeiro partido comunista. Em fevereiro de 1962, reuniu-se a chamada Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, logo conhecido pela sigla PC do B. Consumava-se a cisão e formalizava-se a coexistência de dois partidos comunistas em nosso país. O PC do B se proclamou (e o faz até hoje) o mesmo partido comunista fundado em 1922 e ‘reorganizado’ em 1962. Eleva esta duvidosa versão historiográfica a questão de princípio, pois se trata de afastar toda dúvida acerca de qual é o partido do proletariado brasileiro. De acordo com o dogma stalinista, o proletariado não pode ter mais de um autêntico partido revolucionário.”¹¹

Tentando ser reconhecido como a seção brasileira do Comintern, mas sem sucesso, o PC do B voltou-se para um outro referencial: Mao Tse-Tung e o Partido Comunista Chinês. Assim, passou a organizar a luta armada no campo, baseando-se no exemplo do maoísmo, que fizera dessa forma a revolução chinesa. A experiência da guerrilha do Araguaia, praticada pelo PC do B, foi a única experiência de guerrilha rural ocorrida no Brasil. Todas as demais organizações guerrilheiras defendiam a guerrilha rural como passo fundamental para implementar o socialismo no Brasil, mas todas foram brutalmente reprimidas e desarticuladas pela ditadura durante a fase de guerrilha urbana.

A guerrilha do Araguaia foi organizada lenta e sigilosamente e só foi se dar em 1969. Esta demora levou a duas rupturas no PC do B, dos setores mais exaltados que queriam a luta armada imediata. O PCR (Partido Comunista Revolucionário) em 1966, no Nordeste do país e o PC do B – Ala Vermelha, em 1967. Este último setor adotava esse nome com a intenção da reivindicação histórica de verdadeiro partido do proletariado e para se contrapor ao primeiro PC do B, que seria a Ala Branca.

A ORM-POLOP

Como alternativa ao PCB, foi fundada em 1961 a Organização Revolucionária Marxista, que ficou conhecida entre a esquerda socialista pelo nome de seu jornal, Política Operária (POLOP).

A POLOP não era exatamente uma organização trotskista, não estava vinculada a nenhuma organização internacional, mas reivindicavam as elaborações de Trotsky de maneira heterodoxa, sem dogmatismos e amparava-se também em outros teóricos do socialismo, como Rosa Luxemburgo e Bukharin, por exemplo.

¹¹ GORENDER, J. **Combate nas trevas**. SP: Ática, 1990. pág 31.



A POLOP surgiu nos meios intelectuais e se propagou no movimento universitário mais do que qualquer outra organização trotskista. Contudo, ficou isolada do movimento de massas, restrita à academia.

Isso decorria da sua recusa em lutar pelas reformas de base. Como era muito crítica da visão etapista e do nacionalismo do PCB, a POLOP propunha a luta imediata pela revolução socialista, a partir das reivindicações parciais dos trabalhadores, uma característica do trotskismo. Criticava o que os partidos comunistas chamavam de luta antiimperialista em aliança com setores burgueses nacionalistas, pois considerava que em escala mundial as condições objetivas para o socialismo já estavam dadas, não sendo necessário portanto, travar primeiro a luta nacional, para depois passar à luta pelo socialismo.

A POLOP propunha uma frente de esquerda e questionava a luta pela Reforma Agrária como era concebida então, a qual, pensavam, levaria à consolidação de uma pequena-burguesia camponesa, conservadora e anti-socialista.

A POLOP amparava-se bastante nas teses trotskistas e rejeitava a luta pelas reformas democráticas, o que levou a organização a se isolar da classe trabalhadora, e ficando restrita ao meio intelectual. O golpe militar de 1964 não alterou a postura da POLOP:

As dissidências da POLOP

O golpe militar colocava para a POLOP a questão de como se daria a revolução no Brasil, principalmente se tratando de uma organização sem nenhum vínculo com o movimento de massa.

A alternativa para a maioria dos dirigentes da POLOP seria a luta armada também baseada na visão foquista cubana. A primeira tentativa frustrada de implementação de um foco guerrilheiro em unidade com militares rebeldes, deu origem à uma polêmica na POLOP que culminaria em algumas rupturas.

Dos setores dissidentes da POLOP, uma parte, saída dos Estados de Minas Gerais, Guanabara e Rio Grande do Sul deu origem em 1968 ao COLINA (Comando de Libertação Nacional).

Ao contrário da POLOP, o COLINA se baseava na luta armada, na luta nacional antiimperialista e antilatifundiária, ou seja, acreditava que para se chegar a uma revolução de caráter socialista, não se podia prescindir das reivindicações democráticas.

“Do ponto de vista da tática, as lutas legais de massas são declaradas secundárias, incapazes de oferecer uma alternativa revolucionária. Esta só pode vir do foco guerrilheiro, cuja formação e deslanche independem do movimento de massas e se efetivam na clandestinidade. (...) À semelhança da ALN, o COLINA concebeu a guerrilha rural como força móvel que devia dispor de bases de apoio preparadas. As cidades servirão para fins logísticos, propaganda política, recrutamento de quadros, expropriação de fundos e ações de imobilização do inimigo (destruição de fontes de energia, de meios de comunicação e transporte etc.)”¹²

¹²

GORENDER, J. **Combate nas trevas**. SP: Ática, 1990. pág 129.



Outro setor dissidente da POLOP, este em São Paulo, uniu-se à ex-militares e fundaram, em 1968, a VPR (Vanguarda Popular Revolucionária). A VPR, assim como o COLINA, não tinha ligações com organizações socialistas internacionais e era crítica da URSS, da China e dos partidos brasileiros que abriam mão de sua autonomia para seguir orientações externas. Contudo, como grande parte da esquerda crítica aos modelos internacionais, a VPR incorporava os teóricos internacionais da revolução de maneira eclética.

“Assim, a VPR, de pronto, assumiria a sua condição de ‘marxista-leninista, desmarcando-se do conjunto da esquerda, incapaz de assimilar o ‘verdadeiro’ leninismo. A regeneração da esquerda, deste ponto de vista, se faria por uma combinação peculiar de Marx, Lênin, Debray e Guevara. A síntese guerrilha-partido exprimiria o acasalamento entre Lênin e Guevara. O exército popular, sendo o destacamento mais avançado da luta de massas, seu ‘núcleo organizador’, era apresentado como o ‘embrião do novo Partido’ marxista-leninista.”¹³

Em 1969 a VPR e o COLINA se uniram formando a VAR - Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares). Contudo, no mesmo ano, um grupo rompeu reivindicando novamente o nome de VPR. A VAR - Palmares seguiu existindo até 1973; a nova VPR foi extinta em 1972.

As dissidências estudantis e o MR-8

No PCB houve rupturas no movimento estudantil que deram origem a pequenos grupos conhecidos com DI's ou dissidências. As dissidências tentaram uma unificação, mas não sendo possível cada uma tomou um caminho. A Dissidência de São Paulo (DI-SP) uniu-se à ALN.

A Dissidência do Rio de Janeiro (DI-RJ) fundou uma organização própria, o MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de Outubro). Esta organização foi severamente perseguida e desarticulada pelo Centro de Informações da Marinha em 1969. A ditadura fez muita propaganda em torno disso.

Em 1966 surgiu a Dissidência da Guanabara (DI-GB), que defendia a construção de um partido revolucionário e a revolução de caráter socialista imediato para o Brasil. Em 1968, vários líderes estudantis foram presos durante o congresso da UNE (União Nacional dos Estudantes), entre eles Vladimir Palmeira, que era membro da DI-GB. Em 1969, a DI-GB pediu o apoio da ALN para efetuar a ação mais ousada da guerrilha brasileira: o seqüestro do embaixador americano, Charles Burke Elbrick.

A idéia era seqüestrar o embaixador e trocá-lo por um grupo de militantes presos, entre eles Vladimir Palmeira. A DI-GB tinha recursos financeiros suficientes para fazê-lo, mas não contava com o preparo militar da ALN, portanto, essa ação só poderia ser feita em conjunto. Os dois grupos escreveram um manifesto que seria divulgado pela imprensa. A DI-GB

¹³ REIS Fº, Daniel A. **A Revolução faltou ao encontro**. SP: brasiliense, 1990. pág 91.



precisava de uma identidade para assinar o manifesto, pois não podia assiná-lo apenas com o nome de dissidência, surgiu então a idéia de adotar o nome do extinto MR-8, como uma forma de desmoralizar a ditadura que já havia anunciado a extinção do grupo. Surge assim, o segundo MR-8.

O PT e a chegada de Lula ao governo

O Partido dos Trabalhadores, hoje no governo federal, foi fundado em 1980 e oficialmente legalizado em 1982, como fruto das mesmas mobilizações operárias que deram origem à CUT (Central Única dos Trabalhadores) e como alternativa aos modelos socialistas tradicionais. Em poucos anos, passou a ser o maior partido de massas já organizado no país.

O PT surgiu como uma convergência de diversos agrupamentos de esquerda contrários ao modelo stalinista e à ortodoxia do PCB. Em seu início, o partido era extremamente heterogêneo. Dele faziam parte, além de um setor de sindicalistas oriundos das mobilizações operárias, como Lula, Olívio Dutra etc., muitos quadros oriundos das organizações construídas a partir das dissidências do PCB, como José Dirceu, várias correntes de orientação trotskista, como a Convergência Socialista, a OSI (Organização Socialista Internacionalista), que no movimento estudantil ficou conhecida como Liberdade e Luta, a DS (Democracia Socialista), conhecida pelo seu jornal Em Tempo, grupos ligados à teologia da libertação e outros grupos socialistas de orientação social-democrata.

Com a derrota da via da guerrilha armada no Brasil, o maior campo de contraposição à ditadura militar passou a ser o novo movimento operário, surgido do novo processo de industrialização e urbanização acelerada que viveu o Brasil, intensificado na década de 70. Como a maior parte do sindicalismo brasileiro no final da década de 70 estava submetido à ditadura e atrelado ao Estado, fenômeno que tomou o nome de peleguismo, o movimento que deu origem ao PT vai nascer levantando a necessidade de novas organizações da classe operária independentes do Estado, o que levou à fundação do PT e pouco depois da CUT.

O PT em sua origem, embora teoricamente heterogêneo, rejeitava a colaboração de classes, tinha um caráter classista bem definido e um programa socialista. Contudo, no início da década de 90, sob o impacto da queda do Muro de Berlim, em 1989, e do colapso da URSS, em 1991, os setores social-democratas que tinham uma orientação mais reformista em relação ao capitalismo, ganharam a hegemonia do partido, passaram a retirar os elementos socialistas do programa, a privilegiar a ação institucional e parlamentar e a colaboração de classes, deixando de lado a ação direta e o apelo à mobilização da classe trabalhadora, que fora a marca inicial do PT. Durante as décadas de 80 e 90 o PT foi o principal e o maior partido da esquerda brasileira, seu maior referencial, exercendo influência sobre milhares de militantes e sindicatos ligados à CUT e sobre movimentos sociais como o MST.

Na medida em que o PT foi abandonando seu caráter classista radical e socialista em troca de um maior peso institucional, os setores mais radicais do partido foram sendo expulsos, como a Convergência Socialista em 1992. Ao final da década de 90, o PT já tinha chegado a



importantes prefeituras e governos estaduais, já tinha centenas de deputados e vereadores, já era um partido institucional, completamente despido de qualquer pretensão de chegar ao socialismo pela via revolucionária ou apelando à mobilização de massas, como pretendiam muitas das suas correntes internas em seu início.

Depois de diversas tentativas e derrotas, em 2002 o PT assume a presidência da República, através de Luís Inácio Lula da Silva, o que é um marco na história do partido e na história da esquerda. O PT passa a administrar o Estado dentro dos marcos estabelecidos pela democracia parlamentar capitalista, sem nenhum diferencial, a partir de alianças mesmo com partidos antes considerados por ele como burgueses, como o PMDB. Aplica a mesma orientação liberal dos governos anteriores na economia e adota medidas assistencialistas focadas para setores mais pobres da população, que não alteram substancialmente a estrutura perversa do sistema social vigente. Isso gerou revolta dos setores de esquerda do partido, que começaram a abandonar suas fileiras.

Além disso, o primeiro governo do PT também foi marcado por escândalos de corrupção como o “mensalão”, tendo o partido perdido mesmo a bandeira da “ética na política” da qual se considerava um dos poucos portadores no país.

O Partido Socialista Brasileiro

Embora o PSB (Partido Socialista Brasileiro) tenha sido fundado em 1947, ele foi extinto durante a ditadura militar e refundado somente em 1985. Durante o período da ditadura, muitos membros do PSB participaram do MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

O partido surgiu com alternativa ao getulismo e como crítica ao PCB, aos regimes socialistas tradicionais de estilo soviético e à falta de democracia das organizações de esquerda. ~~Para o PSB, a transformação da estrutura produtiva da sociedade, de capitalismo em socialismo, deve ocorrer de maneira gradual, pacífica e dentro da democracia liberal, através de reformas progressivas.~~ Para o PSB, a transformação da estrutura produtiva da sociedade, de capitalismo em socialismo, deve ocorrer de maneira gradual, por dentro da democracia parlamentarista, através do acúmulo de forças do movimento social e de reformas progressivas no capitalismo.

Em 1985, com a redemocratização do país, o PSB foi refundado de acordo com as bases do partido originalmente fundado em 1947. Já em 1989, o PSB irá coligar-se e apoiar a candidatura de Lula à presidência da República, política que irá manter até 2002 quando se dá a eleição de Lula, com quem foi junto para o governo federal.

~~O PSB se propõe um partido socialista democrático, embora seja muito criticado por outras correntes de esquerda que também reivindicam o socialismo com democracia, por atuar quase exclusivamente pela via eleitoral e institucional, com pouca participação nas organizações de massa, como os sindicatos.~~

No passado, o PSB teve marcante participação nos movimentos sociais e sindicais, como no caso de Francisco Julião na liderança das Ligas Camponesas, no Nordeste brasileiro.



Recentemente, fundou e tenta construir, juntamente com o PC do B, uma nova organização ou central sindical nacional, como parte do processo de reorganização do movimento sindical brasileiro que se dá com o alinhamento da CUT com o governo de Lula

O Partido Democrático Trabalhista

O PDT foi fundado em 1980 obtendo seu registro eleitoral em 1981, tendo como principal dirigente e expoente público Leonel Brizola, que se exilou por ocasião do golpe militar em 1964, quando era governador do Rio Grande do Sul. Reivindicando uma tradição nacional-desenvolvimentista, o partido surgiu de uma cisão do getulismo. Os seguidores de Brizola tentaram recuperar a sigla PTB, Partido Trabalhista Brasileiro, mas ao perderem adotaram o nome de PDT. Brizola e o PDT também governaram o Rio de Janeiro por dois mandatos durante a década de 90. O partido teve entre suas fileiras importantes intelectuais como Darcy Ribeiro, idealizador dos CIEPS, no Rio de Janeiro.

Junto com o PT, mas sem a mesma expressão, o PDT fez parte da oposição aos governos anteriores à Lula. Apoiou as candidaturas de Lula, inclusive em 2002. Chegou a participar do governo Lula, mas rompeu com o governo após alguns meses.

O PDT faz parte hoje do segundo governo de Lula, mudança de orientação ocorrida depois da morte de Leonel Bizola, seu líder desde a fundação a fundação do partido.

O Partido Popular Socialista

Após a queda do Muro de Berlim e o colapso da URSS, instalou-se uma crise generalizada no movimento socialista internacional, cresceu a descrença na possibilidade de uma sociedade socialista construída através de um processo revolucionário e ganhou força uma onda de pensamento que passou a defender uma nova concepção de chegada ao socialismo, conquistada através da institucionalidade, da luta parlamentar e da democracia liberal, processo que também influenciou o PT.

Diante disso, em 1992, a maioria da direção do PCB, em torno da figura do deputado pernambucano Roberto Freire, decidiu extinguir o partido e fundar outro, o PPS, em torno dessas novas bases. O novo partido foi fundado e atua até hoje no cenário nacional. O PPS lançou candidatura própria de Ciro Gomes em 2002, mas apoiou a candidatura de Lula no segundo turno, chegando a participar do governo. O PPS rompeu com o governo Lula e em 2006 apoiou a candidatura de José Serra. Uma minoria egressa do PCB recuperou o nome do partido e atua até hoje no movimento social sob essa bandeira.

O Partido da Causa Operária



O PCO é uma pequena organização de orientação trotskista, fundado a partir da expulsão da corrente Causa Operária, do PT, em 1991 e legalizado em 1997.

O PCO é um partido de extrema-esquerda e defende um programa revolucionário para o país. Lançou sempre candidaturas próprias à presidência e aos governos dos Estados e é crítico das demais correntes da esquerda brasileira.

É oposição ao governo Lula, contudo, se resiste a atuar em unidade com as demais correntes de esquerda que também são oposição ao governo, pois considera os demais partidos de esquerda, como o PSOL e o PSTU, como partidos de orientação burguesa.

O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

O PSTU, partido que se guia pelas idéias do revolucionário russo Leon Trotsky, surgiu em 1992, a partir da expulsão da corrente Convergência Socialista do PT, e foi oficialmente legalizado em 1995. No início, reuniu membros de várias correntes políticas de esquerda, em geral egressas e críticas do PT, mas acabou ficando exclusivamente sob a direção da Convergência Socialista e os demais setores posteriormente se retiraram.

É simpatizante das idéias de Nahuel Moreno, dirigente trotskista argentino, já falecido. O PSTU afirma se basear no princípio do centralismo democrático, elaborado por Lênin, e defende a idéia do socialismo com democracia, porém outros setores da esquerda o acusam de ser um partido com pouca democracia interna.

O PSTU reivindica uma orientação classista radical e socialista, baseada no internacionalismo militante. Em 2006, compôs a Frente de Esquerda com o PSOL e o PCB, para lançar a candidatura da senadora Heloísa Helena à presidência da República.

Em 2004, fez um chamado às demais correntes de esquerda para a construção da CONLUTAS (Coordenação Nacional de Lutas) em contraposição à CUT, pois considera que esta central é submissa e já não tem qualquer independência em relação ao governo Lula.

Embora orientada centralmente pelo PSTU, a CONLUTAS hoje conta com a adesão de diversos setores da esquerda e sindicatos, inclusive parte da militância do PSOL.

O Partido Socialismo e Liberdade

Com o PT no governo, aplicando uma política considerada por setores da esquerda partidária como de orientação capitalista liberal, parte da militância desse partido começou a discutir a necessidade a ruptura e a construção de uma nova sigla. Para alguns desses setores internos ao PT, críticos da transformação pela qual passou o partido, a gota d'água foi a votação da Reforma da Previdência em 2004, proposta pelo próprio PT, nos mesmos moldes dos governos anteriores, contra a qual se opuseram parlamentares da esquerda da legenda, como a senadora Heloísa Helena e os deputados Luciana Genro e Babá, por exemplo.



Os parlamentares que votaram contra a reforma da previdência foram expulsos do partido. A partir daí, outros setores do partido, a maioria deles de orientação trotskista, também romperam com o PT, em solidariedade àqueles parlamentares expulsos, com o propósito de fundar um novo partido de esquerda.

A confluência dessas rupturas com dirigentes do funcionalismo público federal na greve contra a Reforma da Previdência assentaria as bases para a fundação de uma nova sigla no movimento socialista brasileiro, o PSOL (Partido Socialismo e Liberdade).

Pelo que diz o seu programa fundacional, o PSOL surge se propondo a repensar uma nova forma de socialismo, baseado no humanismo e na democracia, a partir do colapso das experiências socialistas do Leste Europeu. Também levanta a necessidade de reaglutinar a esquerda socialista depois da crise do PT e do que considera o abandono do socialismo por esse partido.

O registro oficial do Partido foi obtido em 2005. Nesse mesmo ano, o partido ganhou a adesão de uma segunda leva de rupturas do PT, como do deputado Ivan Valente e do ex-deputado constituinte Plínio de Arruda Sampaio, de orientações mais moderadas que a dos grupos fundadores, aumentando ainda mais a heterogeneidade do partido.

Em 2006, o partido lançou a candidatura da senadora Heloísa Helena à presidência da República, por uma Frente de Esquerda, composta pelo PSOL, PSTU e PCB, que contou também com o apoio de partidos menores, como o PH (Partido Humanista).

Embora o PSOL seja uma frente de inúmeras correntes, nesse partido se debatem atualmente basicamente duas concepções distintas do que deve ser um novo partido socialista democrático. De um lado, uma nova maioria, estabelecida no primeiro congresso do partido, em 2007 - distinta do bloco mais radical de correntes que permitiu a fundação do partido - defende uma concepção com prioridade à disputa parlamentar e a implementação de um programa democrático-popular, como etapa prévia ao socialismo.

De outro lado, outras correntes mais radicais defendem um programa de ruptura com o capitalismo e a prioridade à mobilização direta de massas como meio de chegar ao socialismo.

O PSOL, um partido novo, já passa precocemente pelo mesmo dilema que passaram muitas das correntes socialistas nas últimas décadas: como combinar a luta pelo socialismo com as lutas imediatas e democráticas do povo dentro da institucionalidade capitalista, sem se deixar envolver pelo sistema do capital e esterilizar sua radicalidade, como aconteceu a muitos outros partidos socialistas.

Bibliografia

Alice Barros de Aguiar Fontes. *A Prática Abolicionista em São Paulo: os Caifases (1882-1888)*. Tese de Doutorado, Departamento de História, USP, 1976.



-
- Antonio Piccarollo. *Il Socialismo nel Brasile*. Disegno d'un programma pratico di azione socialista. São Paulo, Centro Socialista Paulistano, sdp.
- Azis Simão. *Sindicato e Estado*. Suas relações na formação do proletariado de São Paulo. São Paulo, EDUSP, 1966.
- Boris Fausto. *Trabalho Urbano e Conflito Social (1890-1920)*. São Paulo, DIFEL, 1979.
- Carlos M. Rama. *Mouvements Ouvriers et Socialistes. L'Amérique Latine (1492 -1936)*. Paris, Les Editions Ouvrières, 1959.
- Eder Sader et al. *Movimento Operário Brasileiro 1900/1979*. Belo Horizonte, Vega, 1980.
- Edgar Carone. *A República Velha*. Instituições e classes sociais. São Paulo, Difel, 1975.
- Edgar Carone. *Movimento Operário no Brasil (1877- 1944)*. DIFEL, São Paulo, 1979.
- Edgar Carone. *Revoluções no Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Buriti, 1965.
- Edgar Rodrigues. *Alvorada Operária*. Rio de Janeiro, Mundo Livre, 1979.
- Edgar Rodrigues. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.
- Emilia Viotti da Costa. *Da Monarquia à República*. Momentos decisivos. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.
- Evaristo de Moraes Filho. *O Problema do Sindicato Único no Brasil*. São Paulo, Alfa - Omega, 1978.
- Evaristo de Moraes Filho. *O Socialismo Brasileiro*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1981.
- Francisco Foot e Victor Leonardi. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo, Global, 1982.
- Georges Haupt. Militants sociaux-démocrates allemands au Brésil (1893-1896). *Le Mouvement Social* n° 84, Paris, julho de 1973.
- Geraldo Ireneo Joffily. O Quebra-Quilo (a revolta dos matutos contra os doutores). *Revista de História* n° 107, São Paulo, FFLCH - USP, julho de 1976.
- Gisálio Cerqueira Filho. *A Influência das Idéias Socialistas no Pensamento Político Brasileiro*. São Paulo, Loyola, 1978.
- Hermínio Linhares. *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*. São Paulo, Alfa - Omega, 1977.
- Janaina Amado. *Conflito Social no Brasil*. A revolta dos *muckers*. São Paulo, Símbolo, 1970.



-
- José de Souza Martins. Empresários e trabalhadores de origem italiana no desenvolvimento industrial brasileiro entre 1880 e 1914. *Dados (Revista de Ciências Sociais)* vol. 24., n° 2. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1981.
- Jover Telles. *O Movimento Sindical no Brasil*. São Paulo, Pioneira-EDUSP, 1967.
- Julio Godio. *Historia del Movimiento Obrero Latinoamericano*. Buenos Aires, El Cid Editor, 1979.
- Leôncio Martins Rodrigues. *La Clase Obrera en el Brasil*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1969.
- Manifesto da Associação Industrial. *Temas de Ciências Humanas* n° 1, São Paulo, 1977.
- Marco Antonio Villa. *Canudos: o Campo em Chamas*. São Paulo, Brasiliense, 1992.
- Maria José Villaça. *A Força de Trabalho no Brasil*. São Paulo, Pioneira – EDUSP, 1967.
- Maurício Vinhas de Queirós. O surto industrial de 1880-1895. *Debate & Crítica* n° 6, São Paulo, julho de 1975.
- Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro. *A Classe Operária no Brasil 1889-1930*. São Paulo, Alfa - Omega, 1979.
- Michael Lowy. *Le Marxisme en Amérique Latine*. Paris, François Maspéro, 1980.
- Michael Lowy. Trajetória da Internacional Socialista na América Latina. *Perspectiva Internacional* n° 1, São Paulo, março de 1982.
- Moniz Bandeira. *O Ano Vermelho*. A Revolução Russa e seus reflexos no Brasil. São Paulo, Expressão Popular, 2004.
- Octávio Ianni. O processo econômico e o trabalhador livre. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, 3° volume, Difel, São Paulo, 1976.
- Oswaldo Coggiola. Movimentos operários e socialistas na transição da Monarquia à República. *Estudos* n° 12, São Paulo, Centro de Estudos do Terceiro Mundo (FFLCH/USP), julho 1989.
- Oswaldo Coggiola. *Sobre as Origens do Socialismo na Argentina, no Brasil e na Bolívia*. I Simpósio de Estudos Latino-americanos. São Carlos, UFSCar, 1982 (mim.).
- Paulo Sérgio Pinheiro. O proletariado industrial na Primeira República. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo III, 2° volume, Difel, São Paulo, 1977.
- Robert Paris. Socialisme et communisme en Amérique Latine. In: Jacques Droz (org.). *Histoire Générale du Socialisme*. Paris, PUF, 1974.



Roberto C. Simonsen. *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. São Paulo, Editora Nacional, 1973.

Roderick J. Barman. The Brazilian peasantry reexamined; the implication of the *Quebra-Quilo* revolt. *Hispanic American Historical Review*, vol. 57, n° 3, agosto 1977.

Sandra Lauderdale Graham. The *vintem* riot and political culture. Rio de Janeiro: 1880. *Hispanic American Historical Review*, vol. 60, n° 3, agosto 1980.

Sheldon Leslie Maram. *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro 1890 - 1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

Silvério Fontes. Manifesto do Partido Socialista Brasileiro (1902). *Temas de Ciências Humanas* n° 1, São Paulo, 1977.

Suely Robles Reis de Queiroz. *A Abolição da Escravidão*. São Paulo, Brasiliense, 1987.

Teresa Schorer Petrone. Imigração assalariada. In: *História Geral da Civilização Brasileira*, Tomo II, 3° volume, DIFEL, São Paulo, 1976.

Theotônio Júnior. O movimento operário no Brasil. *Revista Brasiliense* n° 39, São Paulo, janeiro 1962.

Vamireh Chacon. *História das Idéias Socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981.

Victor Alba. *Historia del Movimiento Obrero en América Latina*. México, Libreros Mexicanos Unidos, 1964.

Victor Leonardi e Francisco Foot Hardman. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. São Paulo, Global, 1982.

Wilson Cano. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro, Difel, 1977.

Wilson Suzigan. *Indústria Brasileira*. Origem e desenvolvimento. São Paulo, Brasiliense, 1986.